PLANO DE ESTABILIZAÇÃO E DISPONIBILIDADE DE ALIMENTOS

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS
AGROANALYSIS

VOLUME 10 N.º 3 MARÇO DE 1986

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO
DE ECONOMIA

CENTRAL -8 IV 86 DR - RIO

BRASIL CORREIO 0200 M. 10557 F. 8907087

IMPRESSO

FGV - SÃO PAULO
Av. Nove de Julho 2029
01313 - São Paulo - SP

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

NOTA DA EDIÇÃO

O **Plano de Estabilização Econômica**, *denominado, no exterior, como* **Plano Tropical**, *utiliza pesada munição contra o que se tornou o inimigo primário do país: uma alta incontrolável dos diversos preços, fortemente alimentada pela* **inflação inercial**.

A acentuada elevação dos preços dos produtos de origem agrícola, que chegou a ser cognominada de **choque agrícola**, *foi insistentemente difundida como uma das principais causas da aceleração inflacionária registrada nas vésperas da decretação do* **Plano**. *Curiosamente, este não se ocupa, em nenhum momento, do* **Setor Primário** *da economia, nem particulariza, quanto a outros setores, quaisquer relações com a atividade agropecuária.*

No presente número de **Agroanalysis**, *insere-se uma sucinta apreciação das repercussões gerais do* **Plano** *sobre a agropecuária, que, num primeiro momento, parecem ser benéficas. O fim da correção monetária, por exemplo, afigura-se muito positivo, pois o* **Setor Agrícola** *tinha suas dívidas corrigidas praticamente durante todo o ano, tendo como garantia única de rentabilidade o cumprimento da* **Política de Preços Mínimos**.

De qualquer modo, faltam definições até agora e, sem dúvida, será imprescindível assegurar-se certa flexibilidade no trato do **Setor**, *que detém particularidades muito sensíveis. O tabelamento dos preços no varejo talvez acarrete um rebaixamento geral em todos os níveis da comercialização, justamente na época de entrada da safra agrícola, podendo obrigar o governo federal a se tornar um grande comprador, se não quiser deixar ao desamparo quem produz. Insiste-se, também por isso, na necessidade de o governo vir a formular e implementar uma política agrícola de longo prazo, que estimule firmemente a futura produção, assegurando seu escoamento, estocagem e comercialização.*

Um dos mais seguros alicerces do Brasil em crescimento há de ser sua agricultura, que é capaz de facilmente dar resposta às necessidades de alimentos e de matérias-primas, assegurando o êxito do **Plano**, *conforme o desejo de todos. Mas que não haja dúvida: uma agricultura estrangulada poderá originar emperramento geral.*

SUMÁRIO

PLANO DE ESTABILIZAÇÃO E POLÍTICA AGRÍCOLA 2

PRODUTOS ANIMAIS E DERIVADOS
- Pecuária de Corte 4

PRODUTOS INDUSTRIAIS
- Açúcar 8

PRODUTOS VEGETAIS
- Aveia 11
- Centeio 12
- Cevada 13

ENSAIO ESPECIAL
- Disponibilidade de Alimentos Vegetais 14

PRECEITOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA 20

ESTATÍSTICAS DO USDA 21

CALENDÁRIO AGRÍCOLA
Feijão — Safra da seca do Sudeste . . 24

PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES E RELAÇÃO DE TROCAS 25

PANORAMA AGROPECUÁRIO
PREÇOS
- Mercado Externo 26
- Mercado Interno 28
- Relativos 30

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS 32

PLANO DE ESTABILIZAÇÃO E POLÍTICA AGRÍCOLA

Não há, ainda, definições quanto à agricultura diante da recente reforma econômica. Supõe-se que, no Centro-Sul, a atividade poderá ser mais bem administrada e que no Nordeste, novos esquemas de apoio terão de ser criados. Os preços de muitos importantes produtos agrícolas que, em 1985, figuraram como dos mais baixos da década, precisarão crescer.

O **Decreto-Lei nº 2.283,** de 28/02/86, ao implantar o **Plano de Estabilização Econômica,** eliminando a correção monetária, criando uma nova moeda e congelando e/ou tabelando bens, serviços e salários, desencadeou alterações profundas na atividade econômica concreta e influenciará o modo de se examinar o futuro da economia brasileira.

Até meados de março, pouco foi dito ou feito quanto à política agrícola na nova situação, mas não há dúvida de que amplas modificações deverão ser registradas também neste particular.

"No Nordeste, o fim da correção monetária poderá significar pesada perda de estímulos."

Para os agricultores do Centro-Sul, o fim da correção monetária sobre os financiamentos rurais e o congelamento dos preços dos insumos de origem industrial serão, sem dúvida, fatores auspiciosos, permitindo melhor planejamento da atividade produtiva.

No caso dos produtores do Nordeste, o fim da correção monetária, entretanto, poderá significar pesada perda de estímulos, já que, na região, a correção parcial dos encargos financeiros se constituía em importante instrumento de política econômica. Bem recentemente, a **Resolução nº 1.080,** do **Banco Central do Brasil** (ver **Agroanalysis,** volume 10, nº 2, fevereiro de 1986) fixava aquela correção em 35% sobre a variação da **ORTN,** para todos os produtores de alimentos básicos de áreas atingidas pela estiagem e para os pequenos e miniprodutores da área da **Sudene.** Os empréstimos contraídos dentro do **Programa de Irrigação do Nordeste** também estavam sujeitos a um esquema de correção parcial, de 60% da variação da **ORTN** nos empréstimos tomados, no primeiro ano do **Programa** (1986) até 80% daquela variação para os empréstimos tomados em **1988.** Com o término da correção monetária, todo o esquema de apoio à agricultura do Nordeste precisa ser revisto, sem que isso signifique que, mesmo neste caso, o fim da correção monetária e, sobretudo, do processo inflacionário, deixe de ser benéfico para a agricultura.

Ainda no que se refere aos financiamentos agrícolas, outra conseqüência da ausência de inflação deverá ser o aumento na disponibilidade de recursos, proveniente da recuperação do nível dos depósitos à vista. Com a aceleração do processo inflacionário, a maior parte das pessoas procurava alternativas de remuneração a curto prazo para seu dinheiro e, com isso, os depósitos à vista no sistema bancário decresciam. Continua em aberto, porém, a questão das taxas de juros que devem viger na próxima safra. Os bancos reivindicam um aumento em relação aos 3% cobrados atualmente. A determinação do nível de juros que a agricultura pode pagar, contudo, é aspecto delicado, em especial porque são óbvios os grandes riscos da atividade, bem maiores do que os de outros setores da economia, e é pequena a influência que o agricultor exerce sobre a formação dos preços de sua produção.

Relativamente aos preços, também não se tem, até o momento, uma idéia clara do que poderá ocorrer. O **Decreto-Lei** estabelece que todos os preços da economia estão congelados e um grande número de produtos está com seus preços tabelados, no varejo, o que, entretanto, não impede que os de alguns possam ser reduzidos. Desta forma, há um limite máximo para os preços de produtos de origem agrícola, que tende a ser respeitado, pois a fiscalização é intensa nos centros urbanos. Já o limite inferior dos preços, que, oficialmente, corresponde aos preços mínimos fixados pela **Companhia de Financiamento da Produção,** é de aplicação duvidosa. No ano de 1985, teve-se um bom exemplo de que os agricultores, freqüentemente, são **forçados** a vender sua produção a preços inferiores ao estabelecido pela **Política de Garantia de Preços Mínimos.**

Um dos pontos chaves do **Programa de Estabilização** é, justamente, o

incentivo à redução das cotações, com a eliminação da previsão inflacionária embutida nos preços, agora congelados. Os comerciantes estão sendo estimulados a procurarem acordos com os seus fornecedores, para obterem reduções nos preços dos artigos. Estes fornecedores, por sua vez, procurarão negociar, com o mesmo objetivo, com aqueles que lhes oferecem matéria-prima. Há, portanto, na economia, uma rearrumação das margens, já que os vários elos do processo procurarão acomodar-se na posição mais vantajosa, dada sua força relativa. Pode-se imaginar que, no caso do comércio e da indústria, alguns estabelecimentos abdicarão de suas margens, para vender quantidades maiores, ou procurarão reduzir custos, para manter as margens, sendo que outros procurarão até aumentar sua margem, em detrimento dos mais fracos.

"A agricultura é, certamente, o elo mais frágil da cadeia."

A médio prazo, espera-se que o mercado encontre novo equilíbrio, em que os ganhos reflitam a eficiência e não mais sejam o fruto de uma elevação generalizada de preços.

Neste contexto, a agricultura é, certamente, o elo mais frágil da cadeia. A dispersão de um sem número de produtores e sua precária organização, a concentração sazonal da oferta e a perecibilidade dos produtos enfraquecem o poder de negociação dos agricultores. Contudo, a normalidade do abastecimento, sobretudo o interno, tornou-se essencial ao sucesso do **Plano** e poderá, se o governo deixar de proceder à cautelosa e oportuna **regulação** do mercado, contribuir para uma deterioração da renda rural, afetando a produção das safras futuras.

Os preços mínimos da safra 1985/86 foram corrigidos até fevereiro próximo passado e permanecerão congelados até o início da próxima safra. Como já se viu na ocasião da fixação dos preços-base, na presente safra seus níveis são inferiores aos vigentes no ano anterior. Esta redução foi intencional, pois se desejava evitar que o governo comprasse grandes quantidades de produtos (ver **Agroanalysis**, volume 9, nº 10, outubro de 1985). Todavia, a estiagem que afetou o plantio do Centro-Sul, no segundo semestre, deverá provocar uma quebra na safra da região. Seria de se esperar, então, que o aumento do preço de mercado compensasse a menor quantidade colhida. Com o tabelamento no nível do varejo, isto se torna difícil, sobretudo se a intermediação se propuser a manter suas margens. Assim, pode-se prever que os preços de mercado se manterão próximos ou abaixo do mínimo, afetando negativamente a renda do produtor rural. A situação será ainda mais delicada se a produção de outras áreas compensar as quebras do Sul.

O governo federal deverá preparar-se para, num período de adaptação, realizar compras (AGF) em quantidades maiores do que as desejadas e, posteriormente, devolver ao mercado essas aquisições sem embutir subsídios, nem prejudicar as metas de controle do processo inflacionário (ver **Agroanalysis**, volume 10, nº 2, fevereiro de 1986). Isto é tanto mais importante quando se sabe que os preços recebidos pelos agricultores, em 1985, foram, em muitos casos, os mais baixos da década.

Visão mais otimista, entretanto, indica que há espaço para uma melhoria do preço pago ao produtor rural, na medida em que o **Plano de Estabilização** contribui para reduzir os custos da intermediação, com o congelamento de todos os preços



(combustíveis, p. ex.), incluindo a substancial baixa dos custos financeiros de estocagem.

As importações, anunciadas para garantir o abastecimento e evitar possíveis movimentos especulativos, são outro ponto sensível na atual conjuntura, já que qualquer erro em sua colocação no mercado poderá afetar negativamente os preços recebidos pelos agricultores e, em conseqüência, as decisões quanto aos plantios futuros.

É importante, pois, neste momento, considerar as repercussões do **Plano** sobre as próximas safras. O abastecimento de produtos alimentares, matérias-primas para a indústria e as exportações de produtos agrícolas, continuarão sendo elementos fundamentais para o sucesso do **Plano.** Tornou-se, portanto, indispensável assegurar condições de rentabilidade à atividade agrícola, de modo que a oferta possa atender à demanda e gerar estoques capazes de garantir o abastecimento, no caso de eventuais quebras de safra. Para isto, não bastam incentivos esporádicos ao plantio: são necessárias condições de estocagem e transporte eficientes, numa perspectiva de longo prazo, bem como mecanismos de comercialização que permitam ganhos adequados aos diversos segmentos envolvidos no trajeto que o produto percorre do agricultor até o consumidor final.

PECUÁRIA DE CORTE

Os baixos custos da criação brasileira, de caráter extensivo, dão-lhe grande competitividade no mercado internacional. Beneficiada pela queda dos preços do boi gordo no mercado interno em anos recentes, pela maior oferta de frangos e pela expansão das vendas na CEE e no Oriente Médio, a pecuária brasileira aumentou sua participação no comércio mundial. Como isto ocorreu durante a fase recessiva da economia, diminuiu a ingestão de proteínas animais, no país.

O mercado internacional de carne bovina caracteriza-se por certa rigidez no que se refere à quantidade comercializada anualmente. Excluindo o comércio intra-**CEE**, as exportações oscilaram entre 3,3 e 3,6 milhões de t no período 1975-84 (ver Quadro 00). A participação dos principais países exportadores (**Austrália, Argentina, Nova Zelândia, Brasil** e **Uruguai**) mostrou pequena variação, passando de 52,9% (média do qüinqüênio 1975-79) para 46,7%, em 1983. De modo geral, as mudanças de posições têm-se verificado na presente década, em conseqüência dos mais diversos fatos, desde aqueles de natureza climática (seca de 1982, na **Austrália**) até política internacional (**Guerra das Malvinas**), passando por meras fases de recomposição da oferta de alguns países como a **Austrália** e a própria **Argentina.** Estes países, que participaram com 23,8% e 13,7%, no qüinqüênio 1975-79, caíram para 15,2% e 8,8%, respectivamente, em 1983. Apenas a pecuária brasileira aumentou, de modo uniforme a sua fatia do mercado, passando de 3,8% para 10,5%, em 1983. Outro evento digno de registro foi a participação da **CEE** que, embora caindo um pouco, manteve, no período, sua posição expressiva como exportadora, reduzindo, porém, tremendamente a quantidade importada, a ponto de assumir a categoria de exportador líquido (ver Quadro 02).

Além da sua relativa rigidez e da pequena quantidade do produto transacionada anualmente, do ponto de vista dos países exportadores, o mercado de carne bovina é considerado bastante vulnerável, por várias razões. A primeira delas é o seu alto valor, quando comparado aos de outros produtos agrícolas ou mesmo de carnes substitutas (ver Quadros 03, 04 e 05). A segunda se refere à própria economia dos países importadores que, em geral, optam por importar ou aumentar a produção interna de carne de suínos e de frangos, a qualquer sinal de recessão.

Nos países produtores, ocorre opção idêntica no sentido de aumen-

QUADRO 01 – EXPORTAÇÃO DE CARNE BOVINA – PRINCIPAIS PAÍSES E REGIÕES – 1975/79 A 1984
(em mil t equivalente-carcaça)

PAÍS/REGIÃO	1975/79	1980	1981	1982	1983	1984[1]
Austrália	977	840	703	942	728	672
Participação (%)	(23,8)	(18,7)	(15,3)	(20,0)	(15,2)	(14,0)
Argentina	563	469	486	522	420	400
Participação (%)	(13,7)	(10,5)	(10,6)	(11,0)	(8,8)	(8,3)
CEE[2]	658	589	586	419	426	598
Participação (%)	(16,0)	(13,1)	(12,8)	(9,0)	(8,9)	(12,5)
Brasil	155	190	314	398	503[2]	526[2]
Participação (%)	(3,8)	(4,2)	(6,8)	(8,4)	(10,5)	(11,0)
Europa Oriental	283	377	345	288	304	305
Participação (%)	(7,0)	(8,4)	(7,5)	(6,1)	(6,4)	(6,4)
Nova Zelândia	352	346	347	342	371	335
Participação (%)	(8,5)	(7,7)	(7,6)	(7,2)	(7,8)	(7,0)
Uruguai	126	117	173	169	210	180
Participação (%)	(3,0)	(2,6)	(3,8)	(3,6)	(4,4)	(3,8)
Sub-Total	3.114	2.928	2.954	3.080	2.959	2.960
	((75,7)	(65,3)	(64,4)	(65,2)	(61,9)	(61,8)
Mundo (48 países)[3]	3.483	3.329	3.442	3.561	3.516	3.553
	(84,7)	(74,2)	(75,0)	(75,4)	(73,6)	(74,1)
Mundo (48 países)[4]	4.114	4.483	4.589	4.722	4.778	4.792
	(100)	(100)	(100)	(100)	(100)	(100)

FONTE – Variáveis na Evolução dos Preços no Mercado de Bovinos – Castro, P. R. e Wedekin, I. – Cadernos Agroceres nº 1 – 1984.

[1] Projeção do USDA (para o Brasil, estimativa dos autores).
[2] Dados atualizados pelo CEA/FGV.
[3] Exclui o comércio intra-CEE.
[4] Inclui o comércio intra-CEE.
(%) Participação em relação ao total mundial do ano.

tar a produção de carnes substitutas mais baratas (no **Brasil**, a carne de frango), a fim de manter sua participação no mercado internacional, mesmo em fases de preço baixo. Essa convergência de iniciativas provoca, freqüentemente, o prolongamento e/ou exacerbamento da tendência de baixa das cotações acima do que se poderia esperar em determinados momentos.

O aumento da participação brasileira no mercado internacional foi favorecido por acontecimentos diversos, tais como: 1) queda de preços do boi gordo no mercado interno, no período 1979-82, por coincidir com o ramo descendente do ciclo pecuário e com a fase mais aguda da recessão 1981-83; 2) o aumento da oferta de frangos, cuja produção foi crescente até 1982; 3) a **Guerra das Malvinas** que, de certa forma, contribuiu para a conquista de fatias do mercado da **CEE**, antes pertencentes à **Argentina**; 4) maior agressividade dos exportadores, que ampliaram significativamente as vendas para os mercados do **Oriente Médio** (**Iraque** principalmente).

A manutenção da posição conquistada tem sido difícil, notadamente a partir de 1983, com as mudanças da **Política Agrícola Comum** da **CEE**, no sentido de reduzir os subsídios às pecuárias de leite e de corte, como forma de minimizar os custos da grande estocagem de carne e de leite em pó. A atuação de empresas européias no mercado internacional tem sido bastante agressiva, chegando mesmo a oferecer carne a países produtores, como a **Argentina**, **Brasil** e **Uruguai**, a preços aviltados, contribuindo para acentuar a queda nas cotações internacionais (ver Quadro 03).

Do ponto de vista do exportador, a cotação interna da carne tem favorecido as transações, apesar das oscilações mensal e anual verificadas no período 1980-85. Considerando as médias anuais, o biênio 1982-83 e 1985 foram os anos mais favoráveis, tendo propiciado alta rentabilidade

QUADRO 02 – IMPORTAÇÃO DE CARNE BOVINA – PRINCIPAIS PAÍSES E REGIÕES – 1975/79 A 1984
(em mil t equivalente-carcaça)

PAÍS/REGIÃO	1975/79	1980	1981	1982	1983	1984[1]
EUA	916	946	799	888	885	862
CEE[2]	748	267	341	417	265	258
URSS	231	385	452	439	335	250
Japão	129	174	174	174	193	210
Egito	39	95	120	108	110	110
Canadá	101	80	80	88	85	95
Europa Oriental	91	136	157	88	117	158
Sub-Total	2.255	2.083	2.123	2.202	1.990	1.943
Mundo (48 países)[2]	2.716	2.441	2.430	2.532	2.264	2.200
Mundo (48 países)[3]	3.376	3.622	3.533	3.625	3.439	3.403

FONTE – Variáveis na Evolução dos Preços no Mercado de Bovinos – Castro, P. R. e Wedekin, I. – Cadernos Agroceres nº 1 – 1984.
[1] Projeção.
[2] Exclui o comércio intra-CEE.
[3] Inclui o comércio intra-CEE.

QUADRO 03 – MUNDO[1] – VALOR, QUANTIDADE E PREÇO MÉDIO DAS EXPORTAÇÕES DE CARNE BOVINA FRESCA, RESFRIADA OU CONGELADA 1980-85

ESPECIFICAÇÃO	1980	1981	1982	1983	1984
Valor (US$ 1.000)	8.690.813	8.452.842	7.883.048	7.663.992	6.957.509
Quantidade (t)	3.347.111	3.418.448	3.286.134	3.486.659	3.379.925
Preço Médio (US$/t)	2.575,73	2.472,71	2.398,88	2.198,09	2.058,48
Variação (%)	–	–4,0	–3,0	–8,4	–6,3

FONTE – Fao Trade Yearbook.
[1] 81 países, incluindo países-membros da CEE.

QUADRO 04 – MUNDO[1] – VALOR, QUANTIDADE E PREÇO MÉDIO DAS EXPORTAÇÕES DE CARNE SUÍNA FRESCA, RESFRIADA OU CONGELADA 1980-85

ESPECIFICAÇÃO	1980	1981	1982	1983	1984
Valor (US$ 1.000)	3.353.841	3.571.593	3.591.187	3.450.493	3.487.565
Quantidade (t)	1.483.676	1.635.601	1.707.242	1.827.279	2.014.419
Preço Médio (US$/t)	2.260,49	2.183,66	2.103,50	1.888,72	1.731,30
Variação (%)	–	–3,4	–3,7	–10,2	–8,3

FONTE – Fao Trade Yearbook.
[1] 56 países, incluindo países-membros da CEE.

às empresas exportadoras.

A forte variação dos preços dentro do mesmo ano, como ocorreu em 1985, acarreta certo prejuízo às empresas que disputam com outros países parcelas de mercados tradicionais ou novos, cujas compras são feitas mediante concorrência. Além disso, causa transtorno no cumprimento da remessa das partidas programadas.

A comparação dos preços internos, transformados em dólar, com a cotação vigente na **CEE** e nos **EUA**, permite concluir que o produto brasileiro mantém elevado grau de competitividade no mercado (ver Quadros 06, 07 e 08). Essa defasagem de preços deriva precipuamente da forma extensiva da criação brasileira, em que o capim constitui o principal alimento das reses, diferentemente da pecuária européia ou norte-americana, em que os animais mais apurados são arraçoados e têm manejo de custos elevados. Os baixos custos da criação extensiva, no caso, compensam, com sobras, a menor receita proveniente da pequena taxa de desfrute do rebanho bovino brasileiro.

A conquista e a manutenção da posição no mercado mundial não se fizeram sem um nítido sacrifício da população brasileira, uma vez que coincidiram com a fase de recessão da economia. No quadriênio 1982-85, houve rebaixamento do nível de ingestão de proteínas de origem animal, em decorrência da estagnação da produção avícola, a partir de 1982. A tendência de queda da produção de carne bovina *per capita* é mais antiga, vindo desde 1977. Neste sentido, a deterioração do nível alimentar da população tende a se agravar no corrente ano, face às perspectivas de menor oferta (embora em áreas restritas, as seqüelas da seca ainda se farão sentir na presente safra e na próxima entressafra) e da manutenção do nível das exportações. Embora o governo federal tenha anunciado o seu con-

QUADRO 05 – MUNDO[1] – VALOR, QUANTIDADE E PREÇO MÉDIO DAS EXPORTAÇÕES DE CARNE FRESCA, RESFRIADA OU CONGELADA DE AVES 1980-84

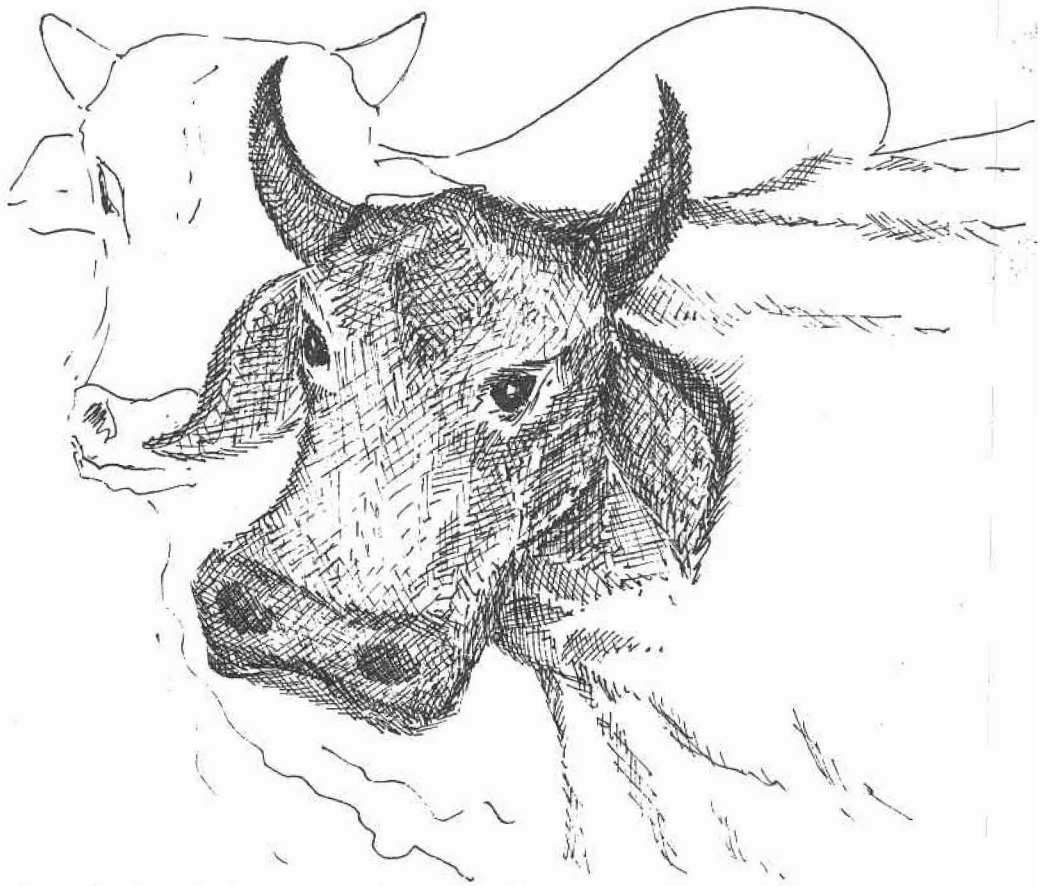
ESPECIFICAÇÃO	1980	1981	1982	1983	1984
Valor (US$ 1.000)	2.128.704	2.518.248	2.033.098	1.805.103	1.756.698
Quantidade (t)	1.451.760	1.823.797	1.706.972	1.676.954	1.574.790
Preço Médio (US$/t)	1.466,29	1.380,77	1.191,06	1.076,42	1.115,51
Variação (%)	–	–5,8	–13,7	–9,6	3,6

FONTE – Fao Trade Yearbook.
[1] 64 países, incluindo países-membros da CEE.

QUADRO 06 – ESTADO DE SÃO PAULO – PREÇO MÉDIO TRIMESTRAL[1] DO BOI GORDO – 1980-85 (US$/15 kg)

TRIMESTRE	1980	1981	1982	1983	1984	1985
Primeiro	23,62	23,53	17,59	14,25	18,33	14,41
Segundo	22,17	19,71	16,30	14,20	17,55	9,67
Terceiro	24,67	19,08	20,37	18,58	20,39	16,08
Quarto	27,66	21,51	17,76	20,51	20,14	20,94
MÉDIA	24,53	20,96	18,00	16,88	19,10	15,27

FONTE – IEA-SP.
[1] Transformado em US$/15 kg, segundo a taxa de câmbio US$/Cr$, publicada em Conjuntura Econômica.



tingenciamento, observam-se pretensões da área empresarial de aumentar as vendas externas para 600 mil t, como forma de garantir a rentabilidade dos frigoríficos, recém-comprimida com o congelamento dos preços.

Por outro lado, o mercado internacional deverá continuar se caracterizando por disputas acirradas, tendo em vista o elevado nível de estoques da **CEE** (633.060 t em dezembro de 1985, segundo a revista inglesa **Agra Europe**), e a queda dos preços do petróleo, que poderá influir nas compras do mercado recém-ampliado dos países do **Oriente Médio**.

Neste contexto, o reajuste salarial antecipado para março, pelo **Plano de Estabilização da Economia**, poderá significar um aumento imediato da demanda, exigindo uma atenção maior do governo, para evitar dificuldade no abastecimento, como a do ano passado. A estocagem de carne no prazo previsto, o controle severo das exportações e a efetivação de importações, caso sejam necessárias, são decisões que devem ser implementadas até maio, a fim de que o período de entressafra (junho/setembro) transcorra de forma tranqüila.

QUADRO 07 – ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA – PREÇO MÉDIO TRIMESTRAL NO ATACADO DA CARCAÇA DE BOI[1] NOS MERCADOS DO MEIO-OESTE – 1980-85 (US$/15 kg)

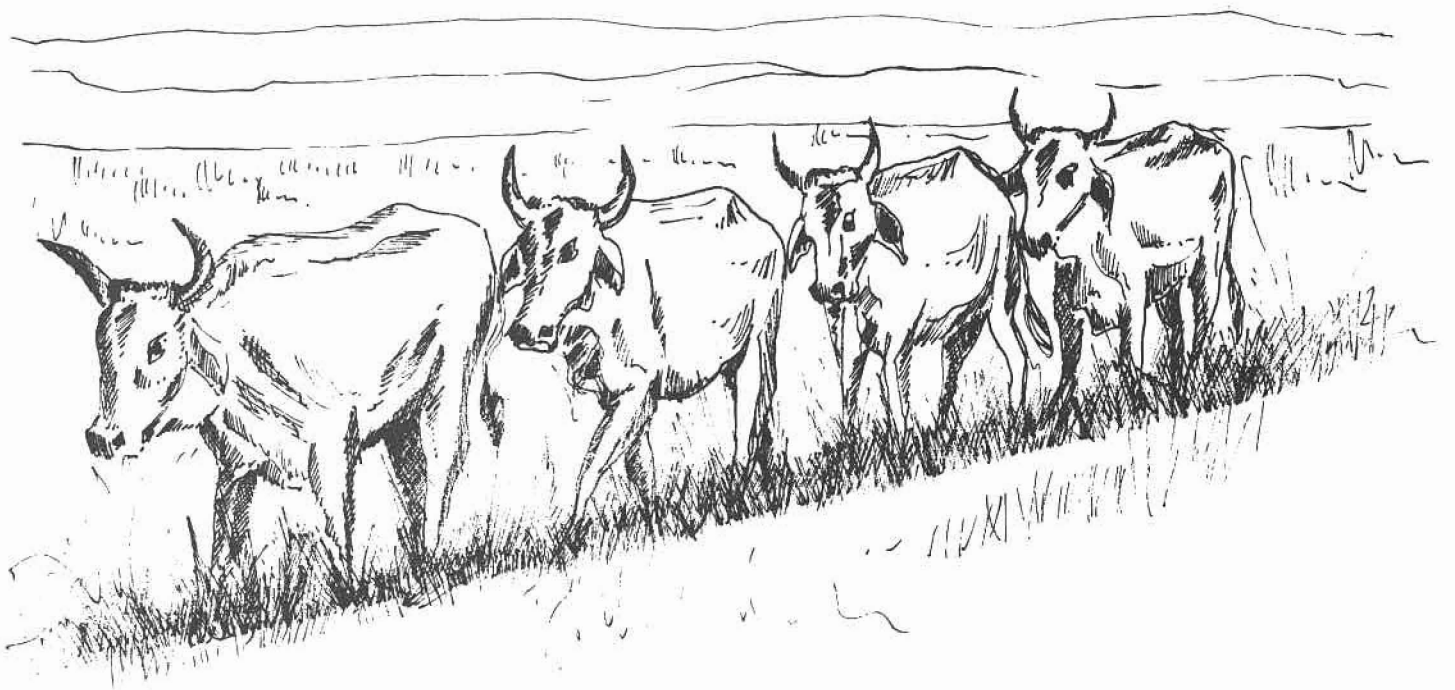
TRIMESTRE	1980	1981	1982	1983	1984	1985
Primeiro	34,05	32,05	33,31	32,06	34,55	31,82
Segundo	33,77	34,09	36,99	34,72	33,23	29,43
Terceiro	36,36	34,60	32,92	31,37	32,30	27,90
Quarto	33,87	31,31	30,68	31,13	32,24	...
MÉDIA	34,51	33,01	33,47	32,32	33,08	29,72[2]

FONTE – Commodity Year Book.
1 Animais escolhidos (peso médio da carcaça entre 500 e 600 libras-peso).
2 Três primeiros trimestres.

QUADRO 08 – COMUNIDADE ECONÔMICA EUROPÉIA – PREÇO MÉDIO TRIMESTRAL DA CARCAÇA DO BOI GORDO – 1980-85 (ECU[1]/15 kg)

TRIMESTRE	1980	1981	1982	1983	1984	1985
Primeiro	38,98	41,03	47,30	47,93	47,72	47,08
Segundo	39,90	43,77	48,65	48,93	46,79	48,25
Terceiro	39,16	44,17	48,51	48,64	45,51	46,98
Quarto	39,01	44,68	48,10	48,02	46,64	45,60
MÉDIA	39,26	43,41	48,14	48,38	46,66	46,98

FONTE – Agra Europe.
1 ECU – Unidade Monetária da CEE.



AÇÚCAR

O mercado internacional do açúcar parece ter entrado numa nova fase, cuja duração não se pode determinar. A transformação da CEE em grande exportadora, o protecionismo norte-americano e a busca de auto-suficiência dos países importadores, fizeram com que as cotações internacionais caíssem abaixo dos custos da produção da maior parte dos países exportadores.

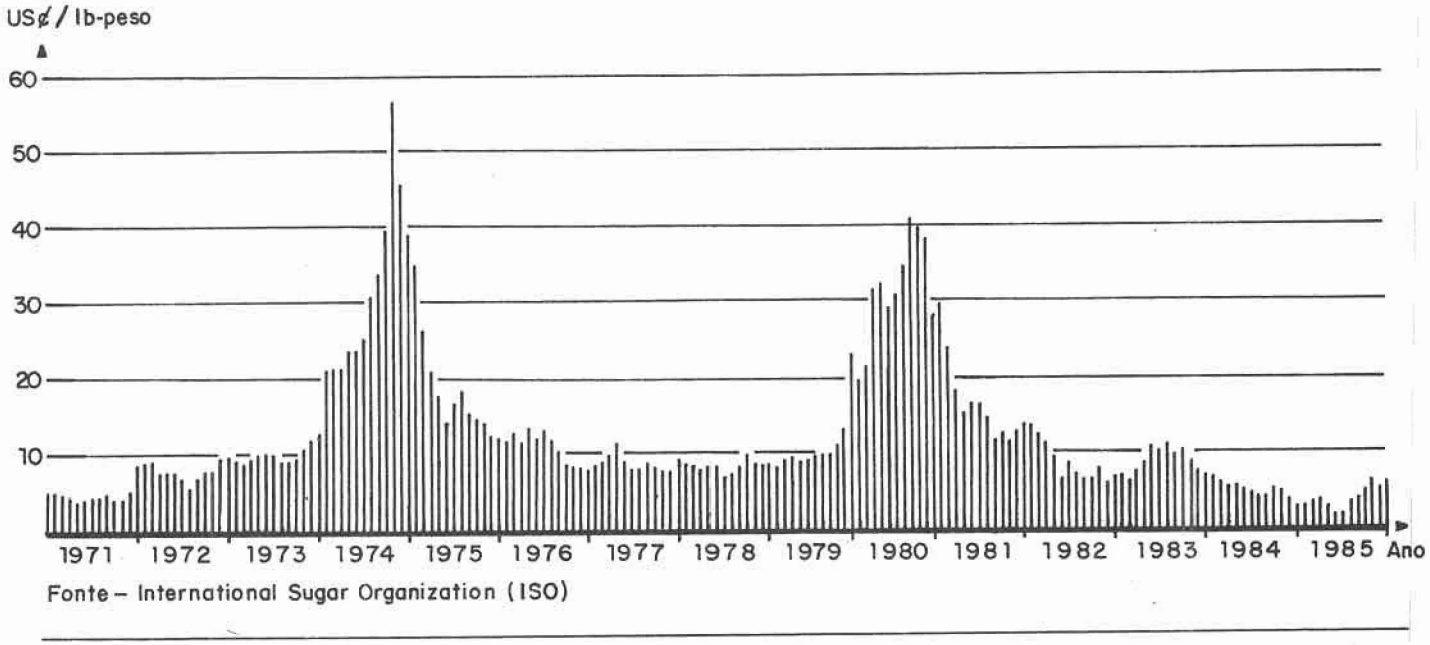
A atual situação do mercado internacional do açúcar permite prever que seus preços ainda permanecerão baixos, pelo menos até o encerramento da safra 1985/86, em agosto próximo. Conforme as diversas estimativas que vêm sendo divulgadas, acerca da presente safra, o consumo deverá superar a produção, com conseqüente redução dos estoques. No entanto, o déficit de oferta não será suficiente para reduzir, de forma significativa, o substancial estoque acumulado nos últimos anos. Segundo **F. O. Licht**, estes estoques serão de 38,1 milhões de t, ao final do período, ao invés de 41,2 milhões de t, registradas na safra anterior. A produção poderá atingir 97,1 milhões de t, ou seja, uma quantidade inferior às 99,8 milhões de t estimadas para o consumo.

Com uma taxa de 38,3% entre os estoques finais e o consumo, a perspectiva de recuperação dos preços fica adiada para o limiar do segundo semestre, quando serão conhecidas as primeiras estimativas da safra seguinte.

O fato de que o preço internacional permanece, há quase cinco anos, em níveis abaixo dos custos de produção obtidos pela maior parte dos países exportadores revela que o mercado, mais do que em um contexto de depressão cíclica, apresenta nova configuração, que ainda irá prolongar-se, até que dela resulte a retirada dos países menos capazes de suportar a gravosidade do produto.

O Gráfico 01 demonstra que, nos últimos quinze anos, a cotação do açúcar apresentou comportamento em que períodos prolongados de baixas cotações foram interrompidos por bruscas elevações. Nos últimos cinco anos, registraram-se preços continuamente decrescentes, o que pode ser atribuído: à mudança de posição

GRÁFICO 01 – PREÇOS DO AÇÚCAR DEMERARA NA BOLSA DE NOVA IORQUE (US¢/LIBRA-PESO) 1971-85



Fonte – International Sugar Organization (ISO)

da **Comunidade Econômica Européia (CEE)**, de antiga importadora para uma das principais exportadoras; à política protecionista dos **Estados Unidos da América** para com sua indústria açucareira, bem como o crescimento do consumo de sucedâneos do açúcar neste país e ao esforço para atingir a auto-suficiência, empreendido por grande número de países importadores.

A **Comunidade Européia** mostrou-se, nos últimos anos, insensível diante da necessidade de medidas que restringissem seu grande excedente de produção. Como é sobejamente conhecido em todo o mercado do açúcar, os países membros da **CEE** subsidiam generosamente sua produção interna, o que faz com que o produtor do açúcar de beterraba mantenha-se indiferente à queda dos preços nas bolsas internacionais. Nesta safra, as condições climáticas inicialmente adversas, pareciam indicar uma possível redução na produção. Contudo, com a melhoria destas condições na etapa da colheita, a safra recuperou-se, em curto espaço de tempo. Segundo estimativas de **F. O. Licht**, a produção deverá atingir 14,5 milhões de t, repetindo basicamente a mesma produção da safra 1984/85. Observe-se ainda que, com os problemas existentes em alguns países produtores de açúcar de cana (como foi o caso de **Cuba**, que teve sua produção prejudicada pelo furacão **Kate**) deverá aumentar a procura do açúcar da **CEE**, dissipando qualquer possibilidade de que esta venha a restringir seu excesso de produção em futuro próximo.

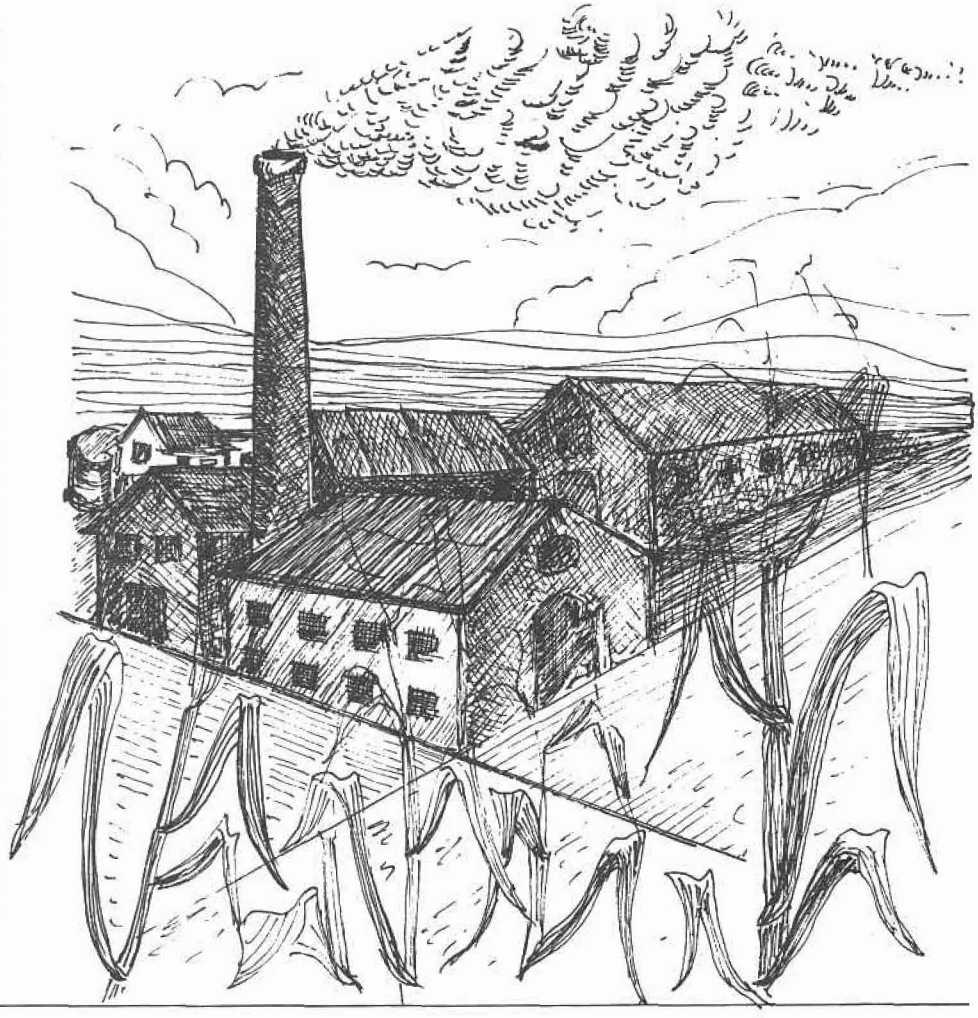
Os **Estados Unidos da América**, por sua vez, prosseguem com o firme objetivo de reduzir suas importações, como meio de proteger os interesses da sua produção interna de açúcar de beterraba e de cana, bem como os da produção do xarope de milho **(HFCS)**. A nova legislação agrícola obriga o **Departamento de Agricultura** norte-americano a reduzir as quotas de importação, o que deverá ainda se tornar mais drástico em 1987, atingindo de forma diferenciada um conjunto de países em desenvolvimento.

A redução da demanda norte-americana, assim como os bem-sucedidos programas de auto-suficiência de países, até então dependentes da importação de açúcar, vem provocando retração do mercado, em que pesem os baixos preços de venda.

Recorrendo novamente aos dados de **F. O. Licht**, constata-se que nos dois últimos anos, a quantidade de importações apresentou taxas negativas de crescimento de 2,5% e 5,5%, respectivamente.

O quadro de interesses profundamente conflitantes que caracteriza o mercado internacional, aliado à apatia de alguns países quanto à necessidade de busca de uma solução de consenso, vem impedindo a consecução de um novo **Acordo Internacional do Açúcar**. Embora as discussões prossigam, reunindo os quatro maiores exportadores **(Cuba, Brasil, CEE** e **Austrália)**, o impasse principal continua, isto é, a não submissão da **Comunidade Européia** a um sistema de quotas de exportação.

Na ausência de um acordo que regule o comércio, o que se observa é o esforço isolado de alguns países em favor da recuperação do mercado. A queda de 3,2% da produção na safra ainda em curso, em comparação com o resultado alcan-



çado no período anterior, deve ser creditada quase que exclusivamente a **Cuba** e ao **Brasil**, conforme pode ser observado no Quadro 09. Ressalte-se, ainda, que o decréscimo da produção cubana não foi resultado de uma posição voluntária deste país, mas conseqüência dos danos causados pelo furacão **Kate**, que atingiu a região do Caribe no final do ano passado.

Entre os grandes exportadores mundiais, o **Brasil** foi o único país a adotar uma política limitativa à produção de açúcar. Esta decisão foi colocada em prática a partir da divulgação do **plano de safra**, ao mesmo tempo que foi fixada a quantidade de 2,5 milhões de t como a meta máxima de exportação para 1985. Cabe aqui recordar que, para a obtenção deste objetivo, o governo viu-se obrigado a cancelar ou adiar um conjunto de compromissos de exportação assumidos pela gestão anterior do **Instituto do Açúcar e do Álcool**. A repercussão sobre o mercado internacional fez-se sentir a partir de julho, quando o preço retomou uma tendência ascendente, após atingir, em junho, a mais baixa cotação média dos últimos quarenta anos, ou seja, US¢ 2,74/libra-peso.

Na medida em que outros países não acompanharam o **Brasil**, no sentido de reduzir a superoferta mundial, os preços estabilizaram-se, desde setembro último, em um patamar entre US¢ 5 e US¢ 6/libra-peso. Diante disso, o resultado final das exportações brasileiras mostrou-se bastante sofrível, com uma arrecadação de US$ 420 milhões para o chamado **complexo-açúcar** (açúcar, mel rico e melaço). O prejuízo médio da exportação brasileira ficou em torno de US$ 50/t para o açúcar demerara e US$ 65/t para o açúcar refinado. Os subsídios para a exportação foram de US$ 167 milhões, segundo estimativa do **IAA**.

Em 1986, além das baixas cotações que devem permanecer, conforme sugere esta análise do comércio



mundial, o Brasil enfrenta um problema adicional, que é a obrigação de cumprir os contratos de exportação adiados do ano anterior, além dos embarques já ajustados para este ano, pelo governo precedente. Estes contratos, via de regra, foram acertados de forma prejudicial para o país, em um momento em que o mercado do açúcar não favorecia negociações de longo prazo. Desta forma, o mais provável é que o **Brasil** ainda tenha que arcar com exportações gravosas.

QUADRO 09 – PRODUÇÃO MUNCIAL DE AÇÚCAR – 1985/86[1] E1984/85
(em 1.000 t, açúcar cru)

ESPECIFICAÇÃO	1985/86	1984/85	Variação Percentual Δ%
Açúcar de Beterraba			
– Europa Ocidental	17.915	18.200	– 2
CEE	14.436	14.421	0
– Europa Oriental	13.726	13.659	0
– Outros	5.616	5.785	– 3
Açúcar de Cana			
– África	7.301	7.378	– 1
– América Central	16.208	17.716	– 9
Cuba	6.900	8.097	–15
– América do Sul	12.782	14.352	–11
Brasil	8.200	9.332	–12
– Ásia	19.806	19.774	0
Índia	7.100	6.660	+ 7
– Oceania	3.825	4.158	– 8
Austrália	3.440	3.624	– 5

FONTE – F. O. Licht.
[1] 2ª estimativa

AVEIA

O inverno passado foi benéfico para todas as lavouras da época. Frio e seco, permitiu que se obtivesse o melhor rendimento físico dos últimos anos.

A aveia tem mercado específico e restrito, constituído pelas indústrias de processamento para consumo humano, fabricação de rações para cavalos de raça **(rações para animal nobre)**, consumo animal, em geral, e formação de pastagens no inverno. Nos dois primeiros casos, utiliza-se a aveia **branca** ou **amarela**, de melhor qualidade e, nos demais, a aveia **preta**, empregada principalmente como **forrageira.**

Nas estatísticas, os dados sobre a produção englobam os diversos tipos, apesar de apenas uma parte ser qualificada para o uso industrial e para a feitura de ração para **animais nobres.** Mesmo com o aumento da produção (Quadro 10), que se tem verificado nesta década, foi necessário realizar importação complementar em anos em que a safra se mostrou insuficiente ou não apresentou qualidade. Como ocorre com os demais cereais de inverno, a aveia é bastante suscetível às variações climáticas, o que acarreta uma oferta errática.

O Quadro 10 mostra uma tendência de incremento na produção nos últimos onze anos, a qual vem sendo beneficiada não só pelos incentivos governamentais, como a fixação de **VBC** e preço mínimo favoráveis, como pelas próprias indústrias alimentícias. Estudos têm sido desenvolvidos na **Universidade de Passo Fundo** e por cooperativas ligadas ao cultivo, de forma a se conseguirem variedades mais adaptadas ao clima e de melhor qualidade. Espera-se que, em alguns anos, a produção seja suficiente para o pleno atendimento do consumo interno.

O clima frio e seco do inverno de 1985 favoreceu a cultura, cujo rendimento, de 1.141 kg/ha, foi o mais alto registrado nos últimos anos. A área plantada foi estimada em 142.075 ha e a produção obtida, em 162 mil t.

O Rio Grande do Sul é o estado onde mais se expande a área plantada (76.518 ha em 1985). As lavouras apresentaram muitas dificuldades, porém, no que diz respeito às variedades **brancas** e **amarelas,** em alguns municípios de importante produção. Nem sempre foi alcançado o nível de qualidade exigido pelos criadores e pelas indústrias. Isto sugere que não se repetirá a área plantada com estas variedades na próxima safra, devido ao desestímulo do produtor, que deverá, no entanto, manter a área cultivada com aveia para o pastoreio. Em Santa Catarina e no Paraná, houve bom desempenho, com rendimento de 1.500 kg/ha, e produção de 50 mil t e 38 mil t, respectivamente. A qualidade também foi muito boa. No que se refere à comercialização, grande parte da produção destes dois estados, em 1985, foi vendida diretamente às indústrias alimentícias e aos criadores de cavalos, com preços superiores ao mínimo (fixado em Cr$ 1.161/kg, a partir de novembro de 1985).

Ainda não se tem uma expectativa definida quanto à safra de 1986. Até o momento, o governo federal definiu apenas o **Valor Básico de Custeio** para a aveia e demais culturas de inverno. Também foi estabelecido o percentual de adiantamento do **VBC** à cultura do trigo, não tendo sido fixado para as demais culturas da época.

QUADRO 10 – BRASIL – PRODUÇÃO DE AVEIA – 1975-85

ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANTIDADE PRODUZIDA (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
1975	44.793	41.593	928
1976	36.205	38.962	1.076
1977	39.715	37.430	942
1978	55.552	53.947	971
1979	62.629	57.564	919
1980	75.522	75.609	1.001
1981	90.231	98.475	1.091
1982	94.596	61.469	650
1983	95.105	92.824	976
1984[1]	107.682	110.482	1.026
1985[1]	142.075	162.140	1.141

FONTE – IBGE.
[1] Dados sujeitos a retificações.

CENTEIO

As lavouras são afetadas pelas mesmas doenças que atacam o trigo e o consumo é reduzido, o que mantém a produção em níveis insignificantes.

A lavoura, apesar de há muito introduzida no país, permanece com uma produção inexpressiva. O consumo se restringe às indústrias, que utilizam o centeio na composição de alguns derivados e na panificação, cujo produto é preferido por diabéticos e pelos adeptos da alimentação **natural.**

Normalmente, o pão de centeio, que é considerado menos **nobre** do que o pão de trigo, deveria ser consumido pelas classes de menor renda. Entretanto, em razão do subsídio dado ao trigo, não consegue se manter competitivo, o que determina seu baixo consumo interno. Foram efetuadas importações nos anos de 1983 (411 t) e 1984 (181 t). A Polônia, grande produtor mundial, dispõe normalmente de excedentes de boa qualidade e os exporta a preços baixos.

O plantio será efetuado com pequeno atraso...

Nos últimos dez anos, a produção brasileira (Quadro 11) manteve-se em nível insignificante, assim como seu consumo. Em 1981, motivada por uma política de preços favorável, a área plantada dobrou, tendo a produção alcançado níveis recordes. O governo federal foi o grande comprador e exportou, em 1982, o excedente (11 mil t), a preços bastante baixos. A partir daí, houve grande redução no plantio, devido à **ferrugem do colmo**, que tem atacado as plantações, desincentivando ainda mais o produtor. O **Centro Nacional de Pesquisa do Trigo**, em Passo Fundo, Rio Grande do Sul, tem desenvolvido estudos de novas variedades resistentes a esta doença, e chegou a bons resultados no último ano. Em 1986, será plantada experimentalmente pequena área, com os cultivares melhorados.

Em 1985, a área plantada (12.605 ha) apresentou recuperação, atingindo extensão semelhante à de 1980, propiciada pelos bons preços alcançados, devido à escassez, em 1984, e à maior disponibilidade de sementes. O estado do Paraná, com 11 mil ha, plantados, foi o responsável pelo incremento. O clima também se mostrou favorável à cultura, que atingiu, segundo o **IBGE**, uma produção de 13 mil t. Boa parte dessa produção foi vendida à **CFP**, ao preço mínimo (fixado em Cr$ 1.002,00/kg, a partir de novembro de 1985) e deverá ser colocada no mercado, no decorrer de 1986.

Para este ano, o plantio será efetuado com pequeno atraso, após a colheita da safra de verão. Espera-se repetir ou aumentar a área do ano anterior, em face do bom suprimento de sementes e dos resultados favoráveis apresentados na última colheita. Convém notar que o centeio é plantado em área inapta ao trigo, produto merecedor de incentivos sistemáticos, por parte do governo federal.

QUADRO 11 – BRASIL – PRODUÇÃO DE CENTEIO – 1975-85

ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANTIDADE PRODUZIDA (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
1975	20.857	19.430	931
1976	13.640	13.060	957
1977	9.080	8.326	916
1978	8.191	7.349	897
1979	10.850	9.862	908
1980	12.236	10.498	857
1981	24.312	24.445	1.005
1982	741	819	806
1983	4.183	324	795
1984[1]	3.781	2.859	756
1985[1]	12.605	13.372	1.061

FONTE – IBGE.
[1] **Dados sujeitos a retificações.**

CEVADA

O Brasil possui ampla área passível de utilização no plantio de cevada. Apesar da elaboração de um plano específico, visando à auto-suficiência, e do rápido aumento do consumo de cerveja, permanece importador do malte.

A produção destina-se, principalmente, às cervejarias, onde é transformada em malte. Apenas as duas maiores (Brahma e Antártica) possuem maltarias; as demais importam o malte pronto, beneficiando-se do barateamento do produto no exterior, derivado dos subsídios freqüentemente adotados pelos países produtores.

As lavouras tiveram grande impulso em 1976. Nesse ano, o Brasil se colocou como o terceiro maior comprador no mercado mundial de malte e o governo lançou o **Programa de Auto-suficiência em Cevada e Malte**, envolvendo indústrias de cerveja, cooperativas e órgãos federais (ver **Agroanalysis**, vol. 2, nº 6 e vol. 3, nº 4). Até então, a comercialização limitada, resultante da baixa capacidade instalada para a malteação, era um dos principais obstáculos à ampliação do cultivo. Entretanto, como as variedades inicialmente plantadas não apresentavam as qualificações exigidas pelas cervejarias (a cevada cervejeira deve ter um teor de proteína de até 12%) houve certo desincentivo ao plantio, entre 1977 e 1980, a partir de quando voltou a crescer a área plantada. Infelizmente, problemas de adaptação dos cultivares, semelhantes aos enfrentados pelo trigo, não permitiram que a produção aumentasse na mesma proporção. No último decênio, o rendimento físico médio obtido e, conseqüentemente, a produção, apresentaram grandes variações, em função das instabilidades climáticas registradas (ver Quadro 12).

QUADRO 12 – BRASIL – PRODUÇÃO DE CEVADA – 1975-85

ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANTIDADE PRODUZIDA (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
1975	23.732	25.463	1.072
1976	48.500	61.550	1.269
1977	93.603	95.266	1.017
1978	89.423	143.917	1.609
1979	84.691	98.125	1.158
1980	72.048	74.680	1.036
1981	95.624	109.877	1.149
1982	166.882	98.524	590
1983	120.981	124.931	1.033
1984[1]	73.102	77.401	1.059
1985[1]	109.665	161:492	1.473

FONTE – IBGE.
[1] **Dados sujeitos a retificações.**

Apesar de já se terem passado dez anos da implementação do **Plano**, a produção permanece insuficiente para a capacidade industrial das maltarias, sendo necessária importação complementar. Por outro lado, a capacidade total das maltarias (185 mil t) também está muito aquém da quantidade consumida pelas indústrias.

O ano de 1985 foi muito favorável às culturas de inverno, especialmente para a cevada que, segundo o **IBGE**, apresentou a produção recorde de 161.492 t, ou seja, 108% mais do que na safra anterior e quase suficiente para atender ao abastecimento interno. O rendimento médio (1.473 kg/ha) ficou aquém apenas do registrado em 1978, devido ao clima frio e seco que predominou no **Sul** durante o inverno passado. Convém notar que os 109.665 ha colhidos em 1985 (50% a mais do que em 1984) não significam uma expansão real do cultivo. Segundo o **Plano**, o país possui uma área potencialmente aproveitável de cerca de 3 milhões de ha. No entanto, por ser planta de inverno, sua expansão compete com o trigo, amparado por política específica. Em 1984, o **VBC** foi inferior ao do trigo e os baixos preços recebidos desestimularam o plantio, que se reduziu em 40%, principalmente no Rio Grande do Sul, o maior estado produtor.

Para a próxima safra, ainda não se dispõe de informações suficientes para que se possa avaliar suas perspectivas, mas, a julgar pelos bons resultados em 1985, não se deve esperar retração da área.

DISPONIBILIDADE DE ALIMENTOS VEGETAIS*

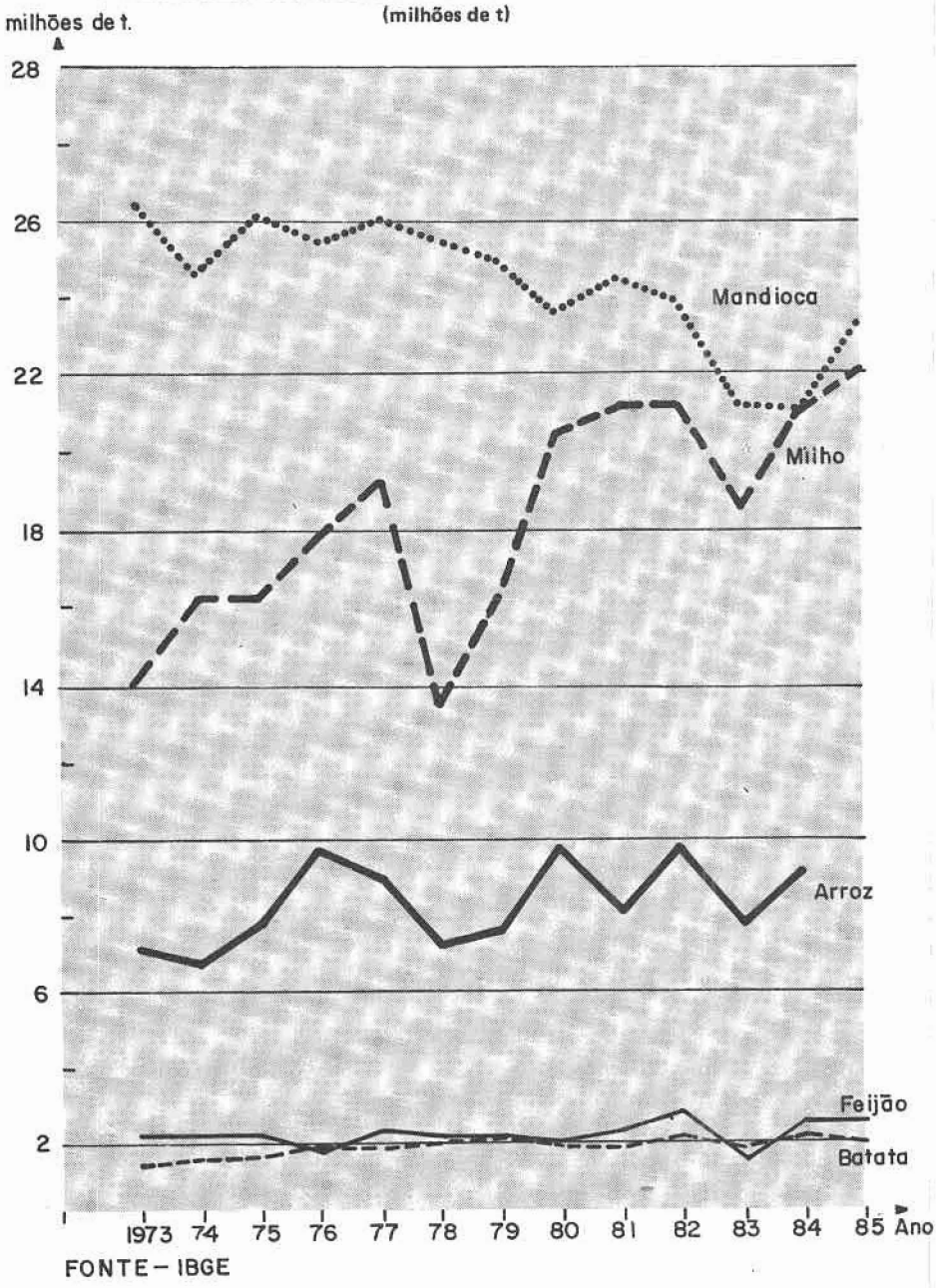
O crescimento da economia, em 1985, ampliou a oferta de empregos e trouxe ganhos salariais reais, que foram maiores nas categorias mais bem organizadas sindicalmente. Assistiu-se, outrossim, a uma expansão geral da demanda, incluindo a por alimentos, que estava reprimida nos últimos anos. Não houve problemas no abastecimento, em linhas gerais, pois as safras colhidas no ano passado, em virtude de seus excelentes rendimentos físicos, foram excepcionais (ver Gráfico 02).

A administração federal anterior, visando a compensar a redução dos recursos para o crédito de custeio, concedeu preços básicos remuneradores, como forma de incentivo à expansão da área plantada. Esta realmente ocorreu, com destaque nos casos do algodão e da soja, mas as boas safras colhidas, na verdade, beneficiaram-se mais das excelentes condições climáticas vigentes. Na colheita, entretanto, o mercado resistiu em pagar preços no nível do mínimo oficial, fazendo com que o novo governo se tornasse o principal agente comercializador.

Apesar das inúmeras tentativas governamentais no sentido de impedir o crescimento dos preços nos mercados de atacado e varejo, houve várias ocasiões em que as cotações dispararam e a **Companhia de Financiamento da Produção** foi forçada a elevar sua oferta de vendas nos leilões, buscando impedir maiores altas.

No final do ano, surgiram, porém, alguns complicadores, derivados de

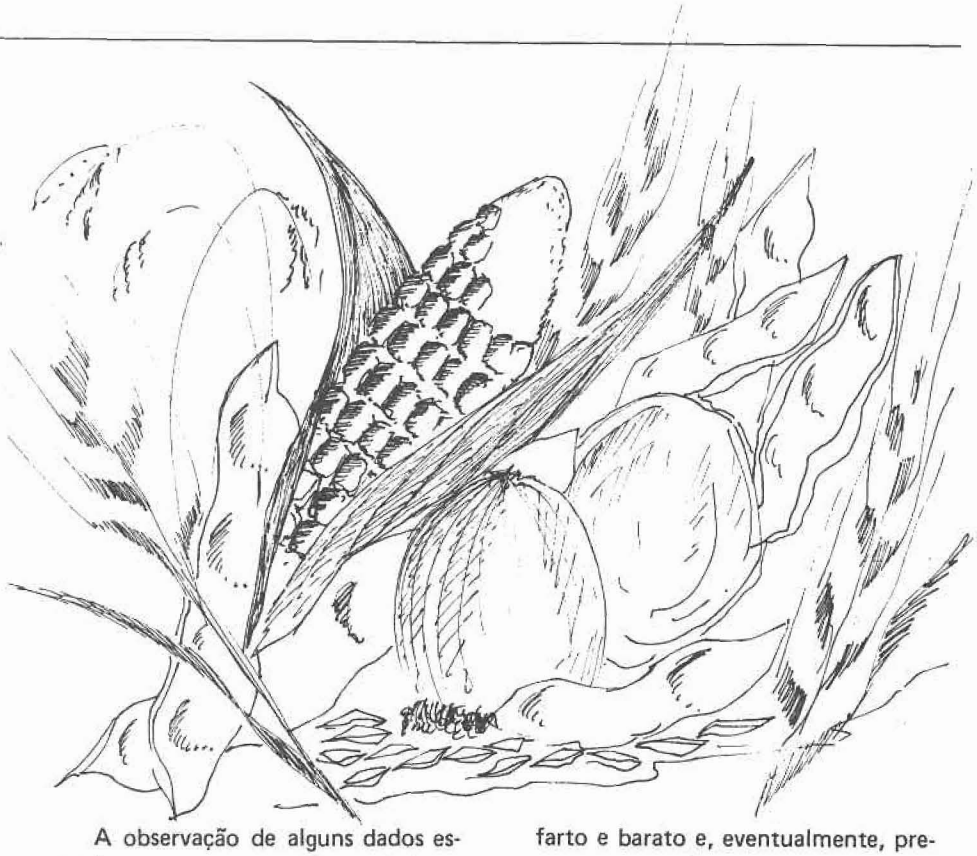
GRÁFICO 02 – BRASIL – PRODUÇÃO DE ALGUNS DOS PRINCIPAIS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DE ABASTECIMENTO INTERNO – 1973-85
(milhões de t)



FONTE – IBGE

uma expectativa de quebra da safra 1985/86 da região Centro-Sul e de sua entrada no mercado mais tardia do que o normal. Estes dois fatores passaram a oferecer aos grandes atacadistas e às indústrias uma oportunidade de ganhos elevados, a partir dos últimos meses do ano, mesmo diante dos anúncios de grandes importações, como meio de conter a especulação.

O governo tem, freqüentemente, recorrido a compras no exterior, para complementar o abastecimento interno (ver Quadro 13). Desta vez, porém, as importações seriam maiores, pois as altas taxas inflacionárias então presentes não poderiam ser exacerbadas por pressões adicionais, originárias da elevação dos preços dos produtos de origem agrícola. As autoridades governamentais tentaram, de todas as formas, evitar que a especulação em torno da quebra das safras futuras se generalizasse, anunciando importações de diversos gêneros alimentícios. Esta decisão deve evitar maiores danos à dieta alimentar da população, já bastante reduzida, mas não terá alcance mais demorado e, assim, espera-se uma atuação mais eficaz do governo.



A observação de alguns dados estatísticos mostra que, nos últimos dez anos, não se expandiu a produção brasileira de alimentos. As lavouras voltadas para o mercado externo e para a produção de energia ocuparam áreas anteriormente destinadas aos cultivos de feijão e arroz, dentre outros, graças aos incentivos concedidos pelo próprio governo federal, onde se podem destacar o crédito farto e barato e, eventualmente, preços compensadores.

Pode-se observar no Gráfico 02 que a área colhida com os principais produtos de abastecimento oscilou apenas ligeiramente, a partir do final da década de 70. A exceção é a soja, cujo plantio cresceu a elevadas taxas, mesmo na atual década. A organização de grandes lavradores em torno dessa cultura, visto que sua pro-

QUADRO 13– BRASIL – IMPORTAÇÕES DE ALGUNS PRODUTOS ALIMENTARES – 1973-84
(t)

ANO	MILHO		ARROZ		FEIJÃO	SOJA			BATATA–INGLESA PARA ALIMENTAÇÃO
	Grão	Farinha	Com casca	Sem casca	(t)	Grão	Óleo bruto	Óleo refinado	(t)
1973	4.251	124	16	10.966	13.893	4.813	22	65	18.692
1974	3.333	3	523	13	1.430	6.489	40	–	–
1975	2.073	20	847	62.319	3.805	194	161	1	–
1976	1.523	176	11	16.883	52.737	–	–	0,5	12.294
1977	578	58	500	79	81.819	–	–	–	14.872
1978	1.262.132	136	33	28.590	75.803	89.369	–	–	17.219
1979	1.525.930	395	497	710.637	7.664	213.474	76.493	266	13.976
1980	1.593.997	292	750	236.181	39.887	460.595	46.158	4.000	33.647
1981	902.024	374	52	142.523	5.632	931.314	–	–	12.730
1982	55	128	30.821	116.887	3.570	1.251.499	21.999	21	7.673
1983	213.149	524	20.241	302.176	3.739	33.781	31.578	26	5.975
1984	253.609	410	–	227	60.527	134.912	74.139	48.998	5.394

FONTE – Cacex.

dução destina-se, em grande parte, para o mercado externo, fez crescer sua área plantada, com destaque nos estados em que prossegue a abertura de novas áreas agrícolas, como é o caso de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás. Nessas zonas de produção, distantes dos centros consumidores, o arroz, em geral, é o primeiro plantio, visando a preparar o solo para receber mais tarde a soja.

Nem mesmo o trigo, que conta com incentivos especiais do governo, conseguiu expandir sua área colhida a partir de 1980. No qüinqüênio anterior, entretanto, havia crescido bastante (ver Gráfico 03).

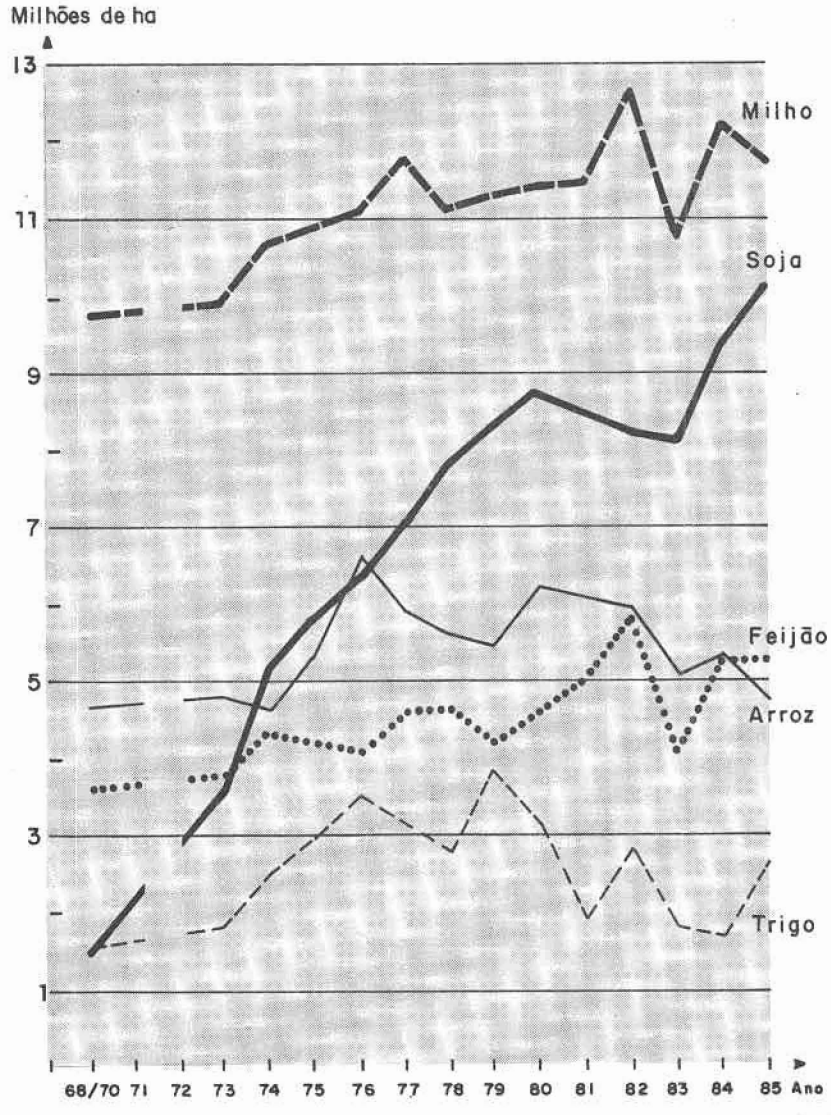
O Gráfico 04 apresenta as áreas colhidas com batata-inglesa, cebola e tomate. Também para estes produtos, as áreas cultivadas decresceram após 1980, com destaque para o primeiro, que havia tido uma expansão significativa no segundo qüinqüênio da década de 70.

As diminutas safras brasileiras, conseqüência direta da despreocupação ao longo dos anos com o abastecimento de gêneros básicos à população, são a causa de graves problemas. O êxodo populacional do campo para a cidade contribuiu, também, para estancar a produção. A população rural, que aumentou cerca de 17%, nas décadas de 40 e 50, expandiu-se em apenas 6%, durante a década de 60. Nos anos 70, seu crescimento foi ainda menor, devido ao aumento da migração que, ao que tudo indica, continuou bastante elevada durante a primeira metade dos anos 80.

O crescimento acelerado das cidades, associado à estagnação ou, mesmo, à queda na oferta de alguns produtos alimentares básicos, resultou, na ausência de medidas que tentassem neutralizar essa tendência, em crescentes pressões sobre os índices de preços no atacado e no varejo.

Os Gráficos 05 e 06 mostram a evolução da disponibilidade *per capita* (médias trienais) dos principais produtos de origem vegetal. À exceção da mandioca, cuja produção, desde

GRÁFICO 03 – BRASIL – ÁREA COLHIDA DE ALGUMAS LAVOURAS MÉDIA 1968-70 E 1971 A 1985[1] – (milhões de ha)



FONTE – IBGE.

1 Não há estimativas para os anos de 1971 e 1972.



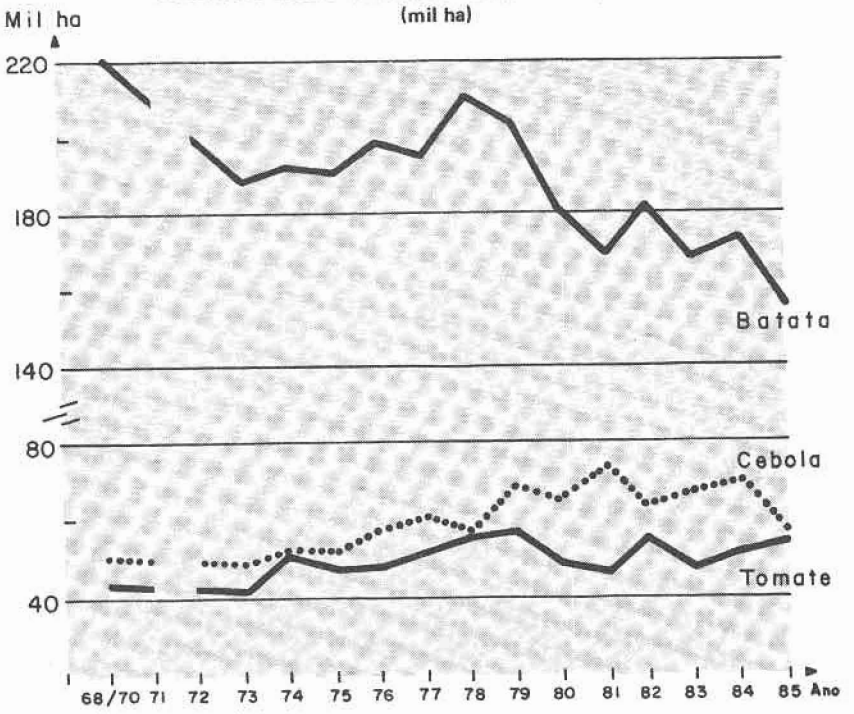
meados dos anos 70, vem caindo ininterruptamente, os demais produtos tiveram pequeno crescimento até o final da década passada (no caso do feijão, o consumo manteve-se estagnado) e, a partir daí, queda generalizada. É de se supor que a melhoria nas condições de vida, originária da retomada do crescimento da economia, resulte numa demanda maior por alimentos. Como, no entanto, a oferta não tem conseguido expandir-se, e não existe uma política definida de formação de estoques reguladores, o natural é que os preços dos gêneros alimentícios evoluam a taxas superiores aos demais preços da economia. Isto é o que vem ocorrendo desde, pelo menos, o início dos anos 70. Com efeito, os Gráficos 07 e 08 mostram que, durante os últimos dezesseis anos, apenas em 1982 e no ano passado, os preços dos **Gêneros Alimentícios**, nos mercados atacadistas, evoluíram a taxas inferiores aos das **Utilidades Domésticas**.

Os dois itens citados correspondem, dentro do **IPA (Índice de Preços no Atacado)**, a uma parcela ponderável, já que representam os **Bens de Consumo**. A evolução dos preços desses produtos pode ser observada nos gráficos em referência. Durante todo o período de 1970 a 1985, os **Gêneros Alimentícios** pressionaram o **IPA**, pois respondem por 71% dos **Bens de Consumo** que, por sua vez, são 56% do **IPA**(1).

(1) O **Índice de Preços por Atacado (IPA)** representa 60% do **Índice Geral de Preços (IGP)** e é dividido em **Bens de Consumo** (56%) e **Bens de Produção** (44%). Os **Bens de Consumo** subdividem-se em **Bens Duráveis** (4,6%) e **Bens não Duráveis** (51%). Os **Gêneros Alimentícios** respondem por 40% do **IPA**.

GRÁFICO 04 – BRASIL – ÁREA COLHIDA DE ALGUMAS LAVOURAS DE ABASTECIMENTO INTERNO – MÉDIA 1968/70 A 1985[1]

(mil ha)

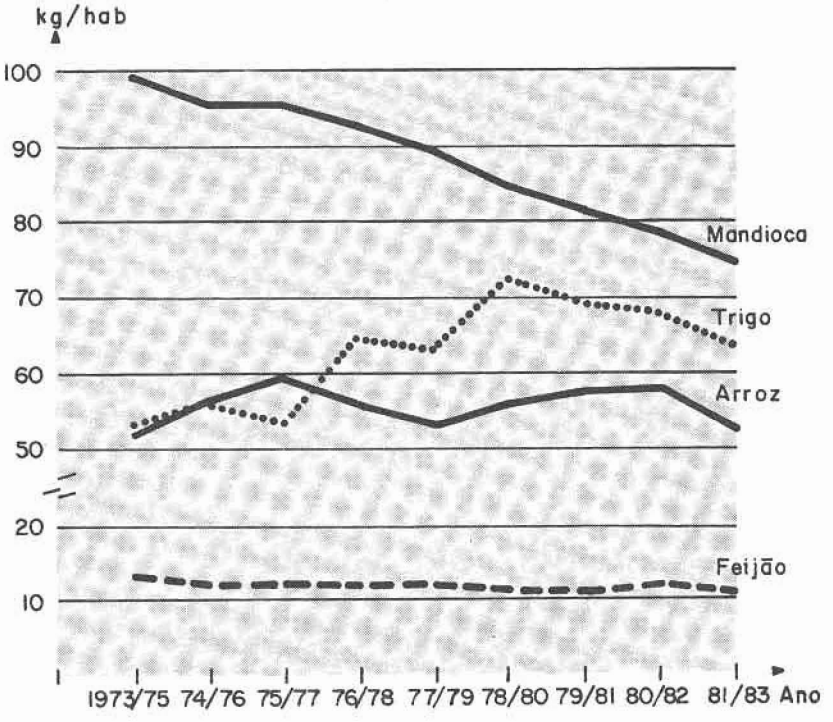


FONTE – IBGE.

[1] Não há estimativa para os anos de 1971 e 1972.

GRÁFICO 05 – BRASIL – DISPONIBILIDADE PER CAPITA DE ALGUNS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS - MÉDIAS TRIENAIS 1973-75/1981-83

kg/hab/ano



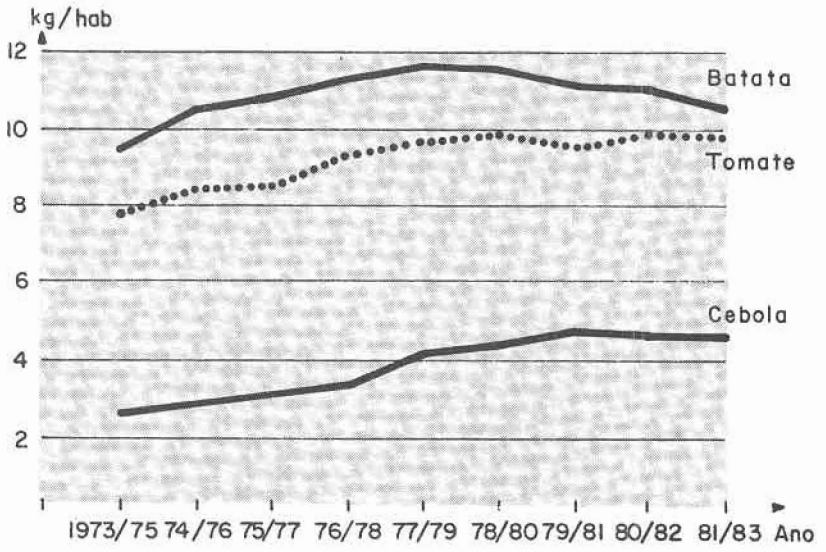
FONTE – FGV/IBRE/CEA.

O abastecimento no Brasil deve merecer cuidadosa atenção, para que não fique sua **resolução** ao mero sabor das forças de mercado. Após o lançamento do **Plano de Estabilização Econômica**, uma escassez de gêneros alimentícios poderá colocar em cheque todo o processo de congelamento dos preços, resultando, possivelmente, em pressões inflacionárias repassadas a todos os setores da economia. Vale acrescentar que o impacto sobre a população acarretaria o arrefecimento do ânimo atual, podendo significar a desarticulação do esquema de vigilância, a cargo, principalmente, dos próprios consumidores.

A regularização do abastecimento interno parece ter-se tornado, pois, a chave que possibilitará atravessar este ano com uma taxa de inflação no menor patamar possível, dentro das intenções do **Plano de Estabilização Econômica**. Relegá-la, ou não atacar os pontos realmente essenciais para a superação das dificuldades, poderá criar dificuldades à nova política econômica implementada.

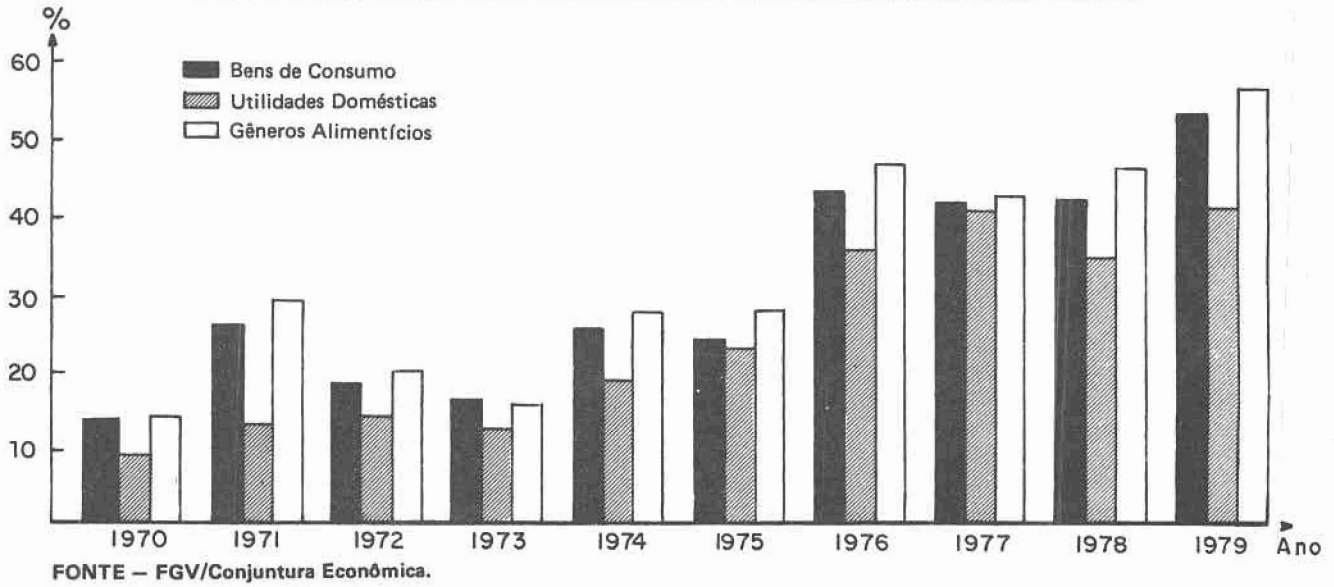
Este ano, as eventuais faltas poderão ser cobertas mediante estímulo ao plantio nas diversas regiões do país e/ou com importações. Estas deverão, no entanto, fazer parte de um esquema que normalize o suprimento nos diversos centros consumidores, sem prejudicar a remuneração do produtor rural, como ocorreu em vezes anteriores. A busca de formas eficientes de escoamento dos produtos importados é tão importante quanto a própria importação. O mercado já tem provado que consegue, em curtíssimo espaço de tempo, modificar toda uma estimativa de suprimento de determinado produto, exercendo constante pressão sobre as cotações e acumulando estoques. Vale lembrar ainda que, mesmo com as compras externas, o governo não conseguirá formar estoques que lhe permitam atuar como em 1985 (ver Gráfico 07). O incentivo à produção da região Nordeste e o conseqüen-

GRÁFICO 06 – BRASIL – DISPONIBILIDADE PER CAPITA DE ALGUNS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS – MÉDIAS TRIENAIS 1973-75/1981-83 – kg/hab/ano



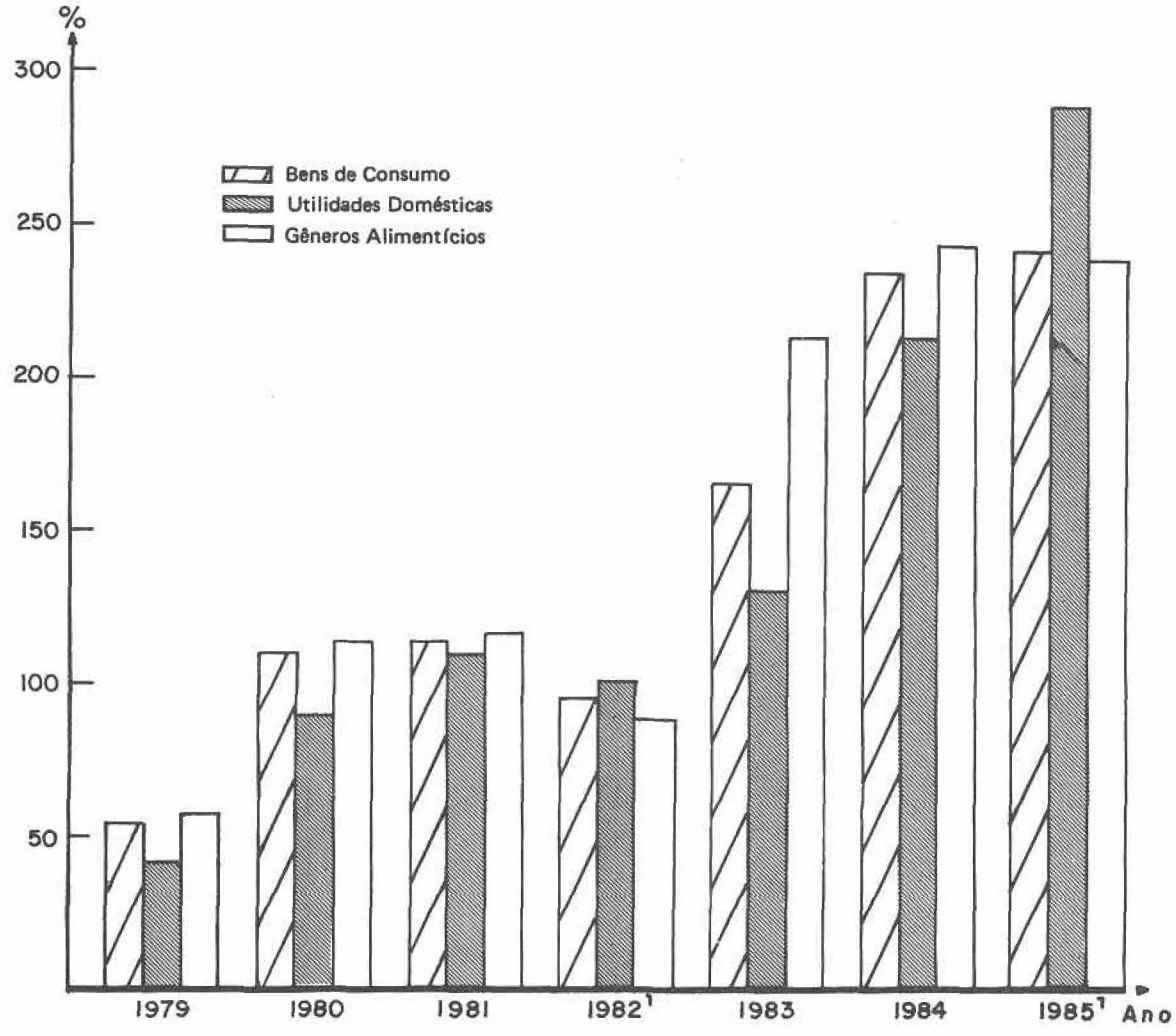
FONTE – FGV/IBRE/CEA.

GRÁFICO 07 – BRASIL – IPA (BENS DE CONSUMO) – VARIAÇÃO ANUAL DOS ÍNDICES DE PREÇOS NO ATACADO, NO TOTAL E NOS SUB-ITENS UTILIDADES DOMÉSTICAS E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS – 1970-79



FONTE – FGV/Conjuntura Econômica.

GRÁFICO 08 – BRASIL – IPA (BENS DE CONSUMO) – VARIAÇÃO ANUAL DOS ÍNDICES DE PREÇOS NO ATACADO, NO TOTAL E NOS SUB-ITENS UTILIDADES DOMÉSTICAS E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS – 1979-85



FONTE – FGV/Conjuntura Econômica.

[1] Anos em que a variação dos preços dos gêneros alimentícios não superou a das utilidades domésticas, no atacado.

te aumento das safras, poderá amenizar esta situação, permitindo que, durante o último trimestre do ano, e até a entrada da safra 1986/87 do Centro-Sul, não se assista à repetição dos movimentos especulativos que caracterizaram o início de 1986.

O aumento da oferta interna de alimentos e seu barateamento exigem além da expansão das lavouras, uma série de medidas que visem a evitar o passeio das mercadorias e a reduzir as perdas durante a colheita e a armazenagem.

Dados da publicação **Balanço e Disponibilidade Interna de Gêneros Alimentícios de Origem Vegetal**, editada pelo **Centro de Estudos Agrícolas**, da **Fundação Getúlio Vargas**, dão conta de que cerca de 25% da produção de milho não chegam a ser consumidos. Quanto ao feijão, 30% da colheita são perdidos, seguindo-se o arroz e outros produtos, com perdas que variam de 20% a 10%. Em que pese a existência de uma defasagem entre o ano inicial da pesquisa, 1976, e o período mais recente, quando a agricultura brasileira se modernizou bastante, ainda assim, as perdas devem permanecer muito elevadas. Principalmente, para aqueles produtos que mantiveram sua estrutura de produção praticamente imutável nos últimos anos, como é o caso, por exemplo, do feijão e boa parte do milho.

* *IRACEMA BOUZAS PESSOA, economista do Centro de Estudos Agrícolas, IBRE/FGV.*

PRECEITOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA

AÇÚCAR

O **Ato nº 01/86**, de 06/02/86, do **Instituto do Açúcar e do Álcool** reajusta e redistribui, por tipos, as quotas individuais da produção de açúcar autorizada para as usinas da região Norte/Nordeste, na safra de 1985/86 (**Diário Oficial da União**, de 19/02/86).

CAFÉ

A **Resolução nº 20/86**, de 19/02/86, do **IBC**, revoga as **Resoluções 73/85** e **75/85** relativas à responsabilidade dos compradores quanto a importações para países não-membros da **Organização Internacional do Café** (ver **Agroanalysis**, volume 9, nº 11, novembro de 1985).

A **Resolução nº 21/86**, de 20/02/86, do **IBC**, dispõe que os registros de vendas de café solúvel para países não-membros da **OIC** ficam submetidos ao sistema de quotas vigente.

A **Resolução nº 24/86**, de 28/02/86, do **IBC**, fixa os preços mínimos a vigorarem para as exportações de café solúvel realizadas entre 1º/03 e 30/03/86 e que serão de US$ 5,00/libra-peso, no caso do **spray dried** e extrato líquido e US$ 7,00/libra-peso, no do **freeze dried**.

A **Resolução nº 26/86**, de 12/03/86 do **IBC**, fixa os preços mínimos para exportação de café verde em grão ou torrado e moído a vigorar entre 1º/4 e 30/4/86. O preço dos cafés do **tipo 6** para melhor, bebida isenta de gosto **Rio Zona** é de US$ 2,86/libra-peso, quando embarcados pelo porto de Santos, e de US$ 2,85/libra-peso, quando embarcados pelos portos de Paranaguá, Rio de Janeiro, Vitória, Salvador, Ilhéus, e Recife; os cafés **tipo 7** para melhor, bebida **Rio Zona**, embarcados pelos portos do Rio de Janeiro, Vitória, Salvador, Ilhéus e Recife, terão preço mínimo de US$ 2,75/libra-peso e aqueles do **tipo 7/8** para melhor, da variedade **Robusta Conillon**, embarcados pelos mesmos portos, US$ 2,30/libra-peso.

A **Resolução nº 30/86**, de 18/03/86, do **IBC** acolhe registros de **Declaração de Venda** para embarque de 400 mil sacas entre 1º e 31 de maio e de 600 mil sacas no mês seguinte, mantendo os preços mínimos constantes da **Resolução nº 26/86**.

As alíquotas do Imposto de Exportação para aquelas vendas serão de 14% no caso dos cafés de **tipo 6** para melhor, 24% no dos **tipo 7** para melhor, e 24% no dos **7/8** para melhor da variedade **Robusta Conillon**, embarcados em maio. Para os cafés embarcados em junho, as alíquotas serão reduzidas em 1%.

CRÉDITO RURAL

A **Resolução nº 1.109**, de 06/03/86, do **Banco Central do Brasil**, dispõe sobre o valor da obrigatoriedade das aplicações em crédito rural dentro das condições impostas pelo **Decreto-Lei nº 2.283**, e, em seu **item IV**, informa que as taxas de juros dos créditos rural e agroindustrial permanecem inalteradas (**Diário Oficial da União**, de 07/03/86).

LEITE

A **Portaria nº 16**, de 30/12/85, da **Secretaria de Inspeção de Produto Animal**, do **Ministério da Agricultura**, apresenta as **Normas para Elaboração de Leite Pasteurizado Reconstituído**.

A medida tem em vista a necessidade de se proceder, habitualmente, à reconstituição do leite, nos períodos de entressafra, bem como de um controle mais estrito do processo produtivo, dados os aspectos higiênicos e sanitários envolvidos.

As normas compreendem seis capítulos, a saber: **Definição, Equipamentos e Instalações, Particularidade da Produção, Embalagem e Rotulagem, Distribuição ao Consumo** e **Considerações Gerais** (**Diário Oficial da União**, de 17/02/86).

MEIO AMBIENTE

A **Resolução nº 004**, de 24/01/86, do **Conselho Nacional do Meio Ambiente**, cria **Comissão Especial** para compatibilizar as atividades do **Programa Polonoroeste**, relativas à preservação ambiental, com as diretrizes do **Conama**. A Comissão será constituída por representantes dos **Ministérios** do **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, do **Interior** e dos **Transportes**, da **Secretaria Especial do Meio Ambiente**, dos governos dos estados de **Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia** e **Amazonas**, do **Conselho Nacional do Desenvolvimento Urbano**, do **Departamento Nacional da Produção Mineral**, do **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária** e da **Sociedade Brasileira de Direito do Meio Ambiente** (**Diário Oficial da União**, de 17/02/86).

ESTATÍSTICAS DO USDA

O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos da América divulga periodicamente estimativas das safras mundiais e dos balanços internacionais de oferta e demanda de produtos agrícolas, baseados em estatísticas oficiais dos diversos países e em relatórios dos adidos agrícolas. Aqui se destacam algumas, referentes ao arroz, trigo e grãos forrageiros e que foram publicadas no número de fevereiro da revista Foreign Agriculture Circular — Grains.

QUADRO 14 — ARROZ[1] — BALANÇO MUNDIAL DE OFERTA E DEMANDA — 1960/61 A 1985/86
Milhões de t e de ha

	ÁREA COLHIDA	RENDIMENTO[2]	PRODUÇÃO C/CASCA	PRODUÇÃO S/CASCA	EXPORTAÇÕES NO ANO COMERCIAL	CONSUMO TOTAL[3]	ESTOQUES FINAIS[4]	RELAÇÃO ESTOQUES CONSUMO (%)
1960/61	120,1	1,95	233,8	160,0	6,5	160,3	8,0	5,0
1961/62	115,7	1,86	215,7	147,3	6,3	147,7	7,0	4,8
1962/63	119,6	1,91	228,2	155,2	7,3	155,3	6,9	4,4
1963/64	121,5	2,05	248,4	169,1	7,7	167,2	8,7	5,2
1964/65	125,3	2,12	265,6	180,8	8,2	177,8	11,8	6,6
1965/66	124,0	2,05	254,2	173,3	7,9	173,1	12,0	6,9
1966/67	125,7	2,09	262,5	179,3	7,8	180,7	10,6	5,9
1967/68	127,0	2,19	277,8	189,4	7,2	186,6	13,4	7,2
1968/69	128,7	2,23	287,0	195,6	7,5	192,3	16,7	8,7
1969/70	131,4	2,25	295,9	201,6	8,2	199,7	18,6	9,3
1970/71	132,7	2,36	313,5	213,6	8,6	214,5	17,7	8,3
1971/72	134,8	2,35	317,5	216,4	8,7	218,8	15,4	7,0
1972/73	132,7	2,31	307,2	209,6	8,4	214,6	10,4	4,8
1973/74	136,6	2,45	334,7	223,0	7,7	225,9	12,5	5,5
1974/75	137,9	2,41	332,0	226,3	7,3	228,2	10,7	4,7
1975/76	142,7	2,51	358,6	243,9	8,4	235,3	19,3	8,2
1976/77	141,4	2,46	348,3	236,9	10,6	238,4	17,8	7,4
1977/78	143,3	2,58	370,0	251,4	9,6	246,4	22,8	9,2
1978/79	144,1	2,69	387,6	263,7	12,0	258,6	27,9	10,8
1979/80	141,5	2,68	398,9	258,1	12,7	262,6	23,4	8,9
1980/81	144,5	2,76	393,9	271,0	13,1	272,3	22,1	8,1
1981/82	145,2	2,84	412,7	280,6	11,8	281,5	21,3	7,6
1982/83	141,2	2,97	419,5	285,7	11,9	289,6	17,3	6,0
1983/84	144,3	3,14	452,7	308,0	12,6	308,1	17,3	5,6
1984/85[5]	143,9	3,25	468,1	318,8	11,4	314,1	21,9	7,0
1985/86[6]	143,2	3,22	461,0	313,7	11,5	312,2	23,4	7,5

FONTE — Grain and Feed Division — USDA.

NOTA — A relação estoque/consumo total representa a ratio entre os estoques no final do ano comercial e a utilização total.

1 a produção está expressa tanto em casca quanto sem casca; estoques, exportações e consumo são expressos sem casca;

2 o rendimento é baseado na produção com casca;

3 para os países cujos dados referentes aos estoques não estão disponíveis, a estimativa do consumo representa o consumo aparente, isto é, inclui os ajustamentos anuais do nível dos estoques;

4 os dados dos estoques estão baseados em um agregado de diferentes anos comerciais e não devem ser tomados como representando o nível dos estoques num determinado momento. Estes dados não são disponíveis em todos os países e aqui se excluem a URSS, China, Coréia do Norte e partes da Europa Oriental;

5 preliminar;

6 projeção.

QUADRO 15 – ARROZ – COMÉRCIO INTERNACIONAL – 1982-86
(mil t)

DISCRIMINAÇÃO	1982	1983	1984	1985	1986 13/1	1986 11/2
Exportações						
Argentina	92	68	115	165	145	145
Austrália	530	281	370	400	500	500
Birmânia	701	750	727	450	500	500
CEE	826	807	742	745	745	745
China	470	580	1.168	1.000	900	900
Coréia do Norte	250	250	250	250	250	250
Egito	22	21	50	20	50	50
EUA	2.487	2.330	2.129	1.850	1.800	1.800
Formosa	307	533	210	70	100	100
Guiana	35	45	47	35	35	35
Índia	633	200	200	220	200	200
Indonésia	0	0	0	415	200	200
Japão	318	321	102	0	0	0
Nepal	50	0	20	50	25	25
Paquistão	794	1.299	1.050	961	900	900
Tailândia	3.620	3.700	4.528	3.993	4.300	4.300
Uruguai	227	189	155	240	260	260
Vietnã	15	140	150	50	50	50
Outros	446	410	554	440	425	425
TOTAL	11.823	11.924	12.567	11.354	11.385	11.485
Importações						
África do Sul	146	158	186	170	190	190
Arábia Saudita	471	491	530	500	500	500
Bangladesh	296	82	588	300	200	200
Brasil	124	326	0	400	400	600
Canadá	108	115	115	115	115	115
CEE	1.169	979	1.055	1.105	1.040	1.040
China	250	75	100	100	100	100
Coréia do Sul	228	216	7	0	0	0
Costa do Marfim	357	434	368	250	250	250
Cuba	201	207	200	200	200	200
Emirados Árabes	102	100	120	130	140	140
Europa Oriental	303	291	344	325	335	335
Filipinas	0	0	213	500	300	300
Índia	10	315	560	10	10	10
Irã	587	680	730	700	750	750
Iraque	369	474	490	470	550	550
Kuwait	64	55	80	90	90	90
Madagáscar	357	185	99	120	150	150
Malaísia	403	357	437	450	500	500
México	16	0	168	150	50	50
Nigéria	666	711	450	500	500	500
Peru	58	101	48	5	0	150
Portugal	110	30	105	85	80	80
Senegal	370	362	375	350	350	350
Síria	102	120	130	130	130	130
Sri Lanka	217	157	20	205	150	150
URSS	859	323	150	150	150	150
Vietnã	150	30	300	400	400	400
Outros	3.211	3.998	3.880	3.062	3.688	3.210
Não-contabilizados[1]	519	552	669	432	317	295
TOTAL	11.823	11.924	12.567	11.354	11.385	11.485

FONTE – Foreign Agriculture Circular, USDA.

1 Representa as exportações não-contabilizadas nos relatórios dos países importadores. Como isto ocorre periodicamente, é tomado em conta no registro do ano seguinte.

QUADRO 16 – TRIGO E GRÃOS FORRAGEIROS – BALANÇO MUNDIAL DE OFERTA E DEMANDA
1960/61 A 1985/86 – milhões de t e de ha

TRIGO	ÁREA COLHIDA (milhões de t)	RENDIMENTO (t/ha)	PRODUÇÃO (milhões de t)	COMÉRCIO MUNDIAL[1] (milhões de ha)	CONSUMO TOTAL[2] (milhões de t)	ESTOQUE FINAL[3] (milhões de t)	RELAÇÃO ESTOQUE /CONSUMO TOTAL (%)
1960/61	202,2	1,18	238,4	41,9	234,8	81,8	34,8
1961/62	203,4	1,10	224,8	46,8	236,4	70,2	29,7
1962/63	206,9	1,22	251,8	44,3	248,1	74,0	29,8
1963/64	206,3	1,13	233,9	56,0	240,0	67,8	28,3
1964/65	215,9	1,25	270,4	52,0	262,0	76,2	29,1
1965/66	215,5	1,22	263,3	61,0	281,6	55,3	19,7
1966/67	213,6	1,44	306,7	56,0	279,8	82,1	29,4
1967/68	219,2	1,36	297,6	51,0	289,1	90,6	31,3
1968/69	223,9	1,48	330,8	45,0	306,4	115,0	37,6
1969/70	217,8	1,42	310,0	50,0	327,3	97,8	30,0
1970/71	207,0	1,52	313,7	55,0	337,2	74,3	22,0
1971/72	212,9	1,65	351,0	52,0	344,3	81,0	23,5
1972/73	211,0	1,63	343,4	67,0	361,3	62,6	17,3
1973/74	217,1	1,72	373,2	63,0	365,6	70,2	19,2
1974/75	220,1	1,64	360,2	64,3	366,6	63,7	17,4
1975/76	225,4	1,58	356,6	66,7	356,3	64,2	18,0
1976/77	233,2	1,81	421,4	63,3	385,9	99,8	26,2
1977/78	227,1	1,69	384,1	72,8	399,4	84,2	20,8
1978/79	228,9	1,95	446,8	72,0	430,2	100,9	23,9
1979/80	228,3	1,86	424,5	86,0	444,3	81,0	18,4
1980/81	237,0	1,87	442,9	94,1	445,7	78,2	17,6
1981/82	238,7	1,88	448,4	101,3	441,5	85,0	19,4
1982/83	237,5	2,02	479,1	98,6	467,9	96,3	20,9
1983/84	229,1	2,14	490,9	101,9	486,3	101,0	21,0
1984/85[4]	231,4	2,22	514,8	106,6	500,0	115,8	23,3
1985/86[5]	229,4	2,19	503,4	90,0	493,5	125,7	25,5
GRÃOS FORRAGEIROS							
1960/61	324,4	1,38	447,9	24,0	437,2	109,7	25,1
1961/62	322,4	1,35	434,2	30,0	449,3	94,7	21,1
1962/63	320,9	1,43	459,5	31,0	461,5	92,7	20,1
1963/64	324,9	1,44	467,8	34,0	462,6	97,9	21,2
1964/65	321,8	1,47	473,1	35,0	480,0	91,0	18,9
1965/66	320,1	1,51	484,7	42,0	500,5	75,1	15,0
1966/67	321,0	1,62	520,4	40,0	519,5	76,1	14,7
1967/68	326,5	1,69	550,8	39,0	541,6	85,3	15,7
1968/69	325,9	1,70	552,7	37,0	548,0	90,0	16,4
1969/70	330,4	1,74	575,6	39,0	575,4	90,2	15,7
1970/71	331,3	1,74	575,2	46,0	592,2	73,2	12,4
1971/72	332,5	1,89	629,1	49,3	615,4	87,0	14,2
1972/73	325,7	1,87	607,8	59,2	624,8	69,9	11,2
1973/74	344,1	1,95	671,3	71,0	674,8	65,8	9,7
1974/75	341,9	1,85	631,2	65,0	634,4	61,0	9,6
1975/76	349,3	1,85	646,1	75,2	646,2	58,6	9,1
1976/77	344,7	2,04	704,8	83,9	685,4	78,2	11,4
1977/78	346,4	2,03	701,6	88,8	693,0	86,7	12,5
1978/79	343,8	2,20	755,1	92,7	749,4	92,2	12,3
1979/80	343,2	2,17	743,9	99,2	743,3	92,8	12,4
1980/81	342,4	2,14	732,9	108,0	743,0	82,8	11,3
1981/82	350,2	2,20	769,9	96,6	739,8	112,9	15,2
1982/83	339,2	2,30	779,2	89,9	753,5	138,6	18,3
1983/84	334,3	2,05	685,4	92,0	757,1	66,8	8,9
1984/85[4]	339,0	2,38	807,9	101,2	777,8	96,9	12,5
1985/86[5]	343,6	2,46	843,8	94,8	782,3	158,4	20,4

FONTE – Grain and Feed Division – USDA.

NOTA: a relação estoques/consumo total representa a ratio entre os estoques no fim do ano comercial e a utilização total.

1 os dados sobre o comércio expresso no Quadro excluem as operações intra-CEE. O ano comercial para o trigo e os forrageiros vai de julho a junho até 1976/77. A partir de 1976/77, o ano comercial dos forrageiros vai de outubro a setembro;

2 para os países cujos dados referentes aos estoques não estão disponíveis (excluindo a URSS), a estimativa do consumo representa o consumo aparente, isto é, inclui os ajustamentos anuais do nível dos estoques;

3 os dados dos estoques estão baseados em um agregado de diferentes anos comerciais locais e não devem ser tomados como representando o nível dos estoques mundiais em um ponto determinado do tempo. Estes dados não estão disponíveis para todos os países e excluem-se alguns, como a República Popular da China e partes da Europa Oriental. O nível dos estoques foi ajustado para as mudanças de ano a ano nos estoques de cereais da URSS, mas isto não quer dizer que se incluiu o nível absoluto destes estoques;

4 preliminar;

5 projeção.

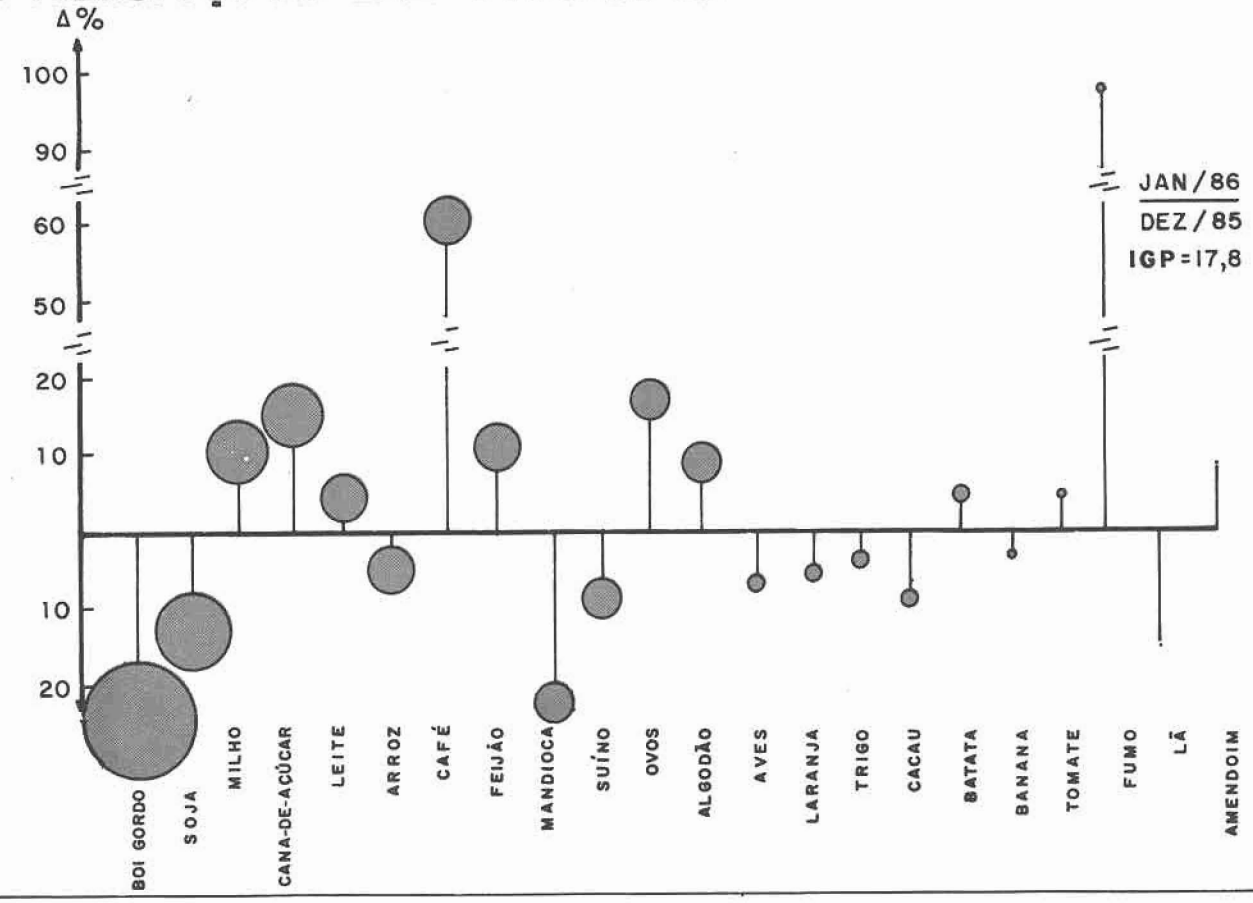
CALENDÁRIO AGRÍCOLA

FEIJÃO
SAFRA DA SECA DO SUDESTE

		MESES											
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
MINAS GERAIS	Preparo do Solo	●●	●●	●●	●								
	Semeadura ou Plantio		●	●●	●								
	Tratos Culturais		●	●●	●	●	●						
	Colheita				●	●●	●●						
	Comercialização				●	●●	●●						
	Entressafra	●	●	●				●	●	●	●	●	●
ESPÍRITO SANTO	Preparo do Solo	●	●	●									
	Semeadura ou Plantio		●	●●	●								
	Tratos Culturais			●	●●	●							
	Colheita					●	●●	●					
	Comercialização						●	●●	●				
	Entressafra	●	●	●	●					●	●	●	●
RIO DE JANEIRO	Preparo do Solo	●	●●										
	Semeadura ou Plantio		●●	●									
	Tratos Culturais		●	●●									
	Colheita			●	●●	●							
	Comercialização					●●	●						
	Entressafra							●	●	●	●	●	●
SÃO PAULO	Preparo do Solo												
	Semeadura ou Plantio	●	●●	●									
	Tratos Culturais			●	●								
	Colheita			●	●	●	●	●					
	Comercialização				●	●	●	●	●	●			
	Entressafra												

FONTE – FGV/IBRE/CEA.
OBS.: O duplo sinal (●●) corresponde à época em que a atividade se desenvolve mais intensamente.

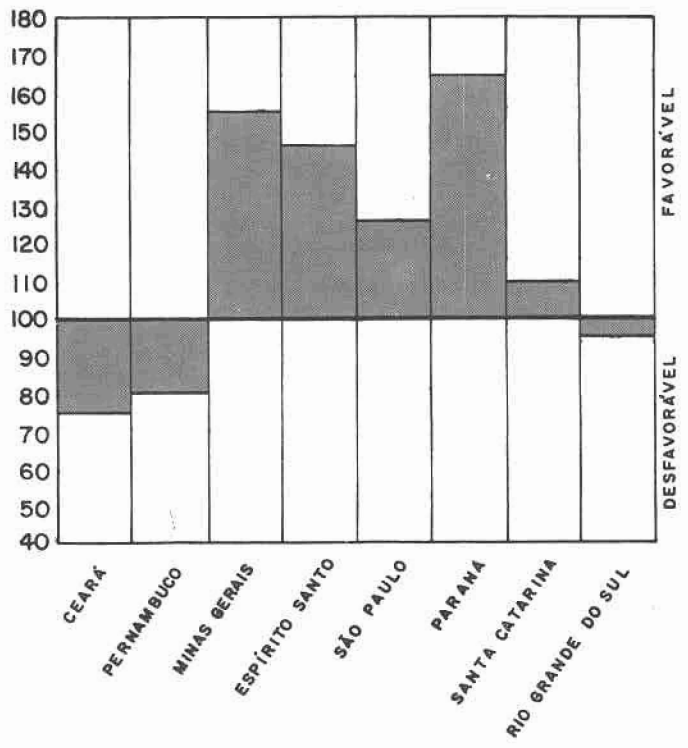
PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES E RELAÇÃO DE TROCAS



No gráfico ao alto, as retas indicam as diferenças entre a variação percentual dos preços recebidos pelos agricultores (mês corrente em relação ao mês anterior) e a variação do **IGP-DI**, permitindo visualizar os ganhos potenciais do Setor Agrícola relativamente à inflação, tal como medida por aquele indicador. Os círculos que encimam as retas representam a participação percentual do valor da produção de cada produto no valor da produção global da agropecuária, em 1980.

No gráfico ao lado, está a relação de trocas entre a agropecuária e a indústria, referente a oito unidades da Federação. Os resultados acima de 100 indicam que os preços recebidos pelos agricultores cresceram mais do que os por eles pagos na compra de insumos.

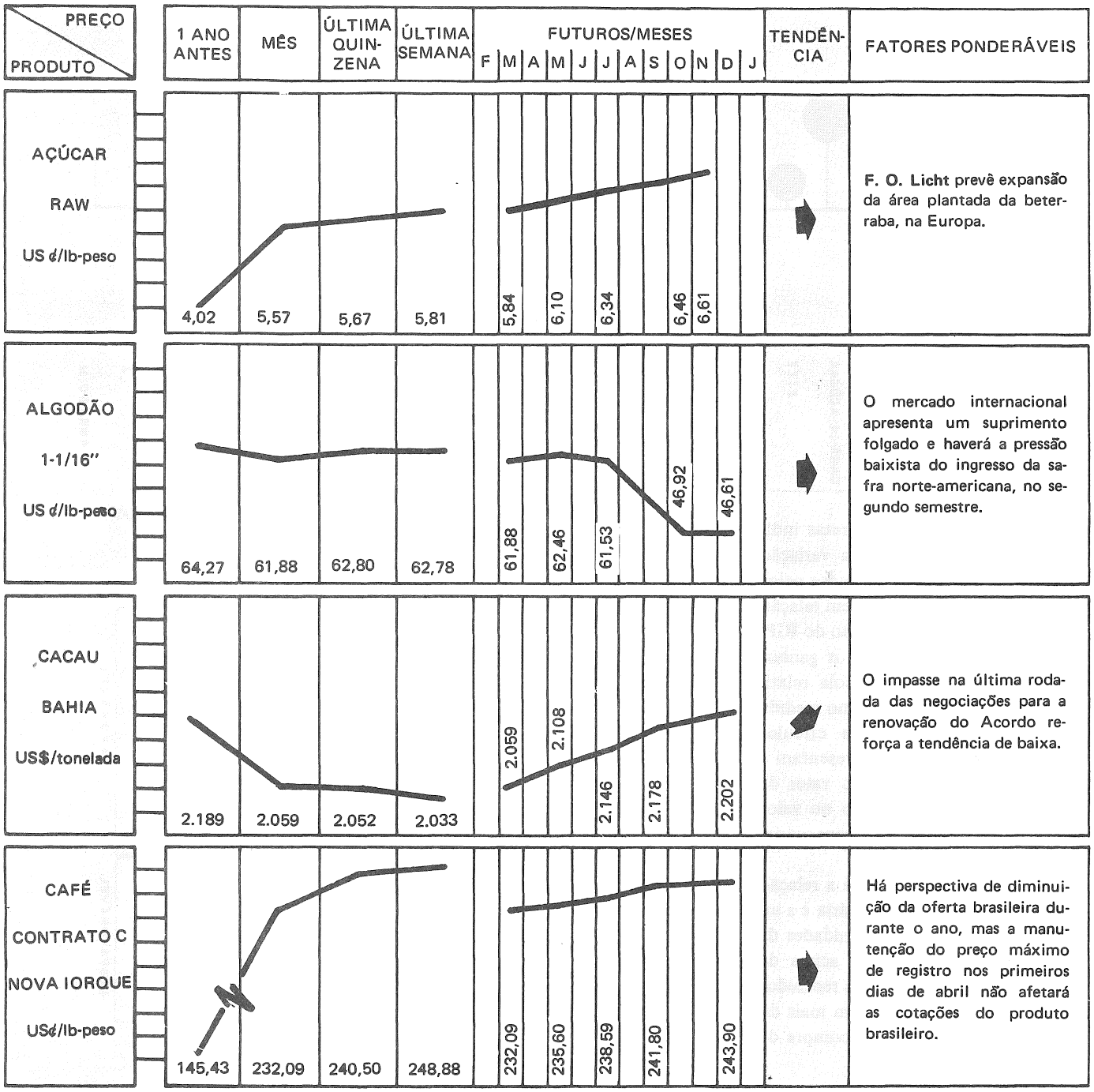
RELAÇÃO DE TROCAS (ÍNDICES DE PREÇOS RECEBIDOS/ ÍNDICE DE PREÇOS PAGOS – 1970 = 100) EM ESTADOS SELECIONADOS JANEIRO/1986



PREÇOS NO MERCADO EXTERNO

GUIA DE LEITURA (posições nominais referentes ao mês de fevereiro)
1 – Preço médio um ano antes
2 – Preço médio no mês de fevereiro *
3 – Preço médio na última quinzena de fevereiro *
4 – Preço médio na última semana de fevereiro *
5 – Comportamento dos Preços Futuros
6 – Tendência do mercado
7 – Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos trinta dias

* futuro – primeira entrega



FONTE DOS DADOS BRUTOS – Bolsa de Nova Iorque.

NOTA – Todas as cotações são de primeiro futuro.

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	FUTUROS/MESES F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
MILHO TWO YELLOW US ¢/bushel	268,53	238,53	236,44	233,95		238,53		237,72		235,77		215,78			209,98			A avaliação de fevereiro do **USDA** mostrou que a disponibilidade internacional de milho aumentou 6 milhões de t em relação à do mês anterior, enquanto o único incremento notável da demanda dos países importadores deverá ser o do Brasil.
SOJA - GRÃO ONE YELLOW US ¢/bushel	582,17	525,82	523,46	523,55		525,82		532,19		538,81	536,78	519,63		514,51		524,63		Possibilidade de ocorrer retração no plantio norte-americano. Enfraquecimento dos preços do óleo no mercado internacional.
SOJA FARELO US$/tonelada	132,47	153,13	154,72	156,04		153,13		154,21		155,38	154,75	151,57	147,14		148,29	148,73		Prossegue a queda do dólar em relação às moedas européias.
TRIGO SOFT RED US ¢/bushel	351,49	331,33	333,49	335,40		331,33		283,76		260,28		262,81			275,03			A implementação da nova **Lei Agrícola** norte-americana tende a reduzir os preços dos cereais no mercado internacional.

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Bolsa de Nova Iorque.

NOTA — Todas as cotações são de primeiro futuro.

PREÇOS NO MERCADO INTERNO

GUIA DE LEITURA
1 – Preço médio de fevereiro de 1985, corrigido pelo IGP, para fevereiro de 1986
2 – Preço médio no mês de fevereiro
3 – Preço médio na última quinzena de fevereiro
4 – Preço médio na última semana de fevereiro
5 – Tendência do mercado
6 – Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos 30 dias

Em virtude do advento do **Plano de Estabilização Econômica** e de não se terem definido, ainda, as margens dos diversos agentes econômicos envolvidos no processo de comercialização, o **Panorama Agropecuário-Mercado Interno**, está sendo publicado com a omissão da tendência.

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
ALGODÃO tipo 6–Sul do BR Cz$/15 kg 1º futuro	230,15	239,43	229,58	227,60		Proximidade da entrada da nova safra e estoques elevados da indústria não favorecem mudanças nas cotações.
ARROZ Amarelão - Est. Cen. Cz$/sc. 60 kg	276,11	330,00	330,00	330,00		O tabelamento da **Sunab** trouxe algumas dificuldades, pois não encontra correspondência com os preços pagos aos produtores. Mantendo-se a tabela, ter-se-ia que pagar abaixo do preço mínimo por alguns tipos.
CAFÉ Tipo 6 Cz$/sc. 60 kg	1.895,25	3.454,90	3.603,30	3.770,00		Permanece a influência das notícias referentes à quebra da safra. A fraca demanda dos exportadores, que passaram a deter estoques razoáveis, provocará rápida estabilização do mercado.
BOI GORDO Cz$/arroba	201,48	235,00	250,00	260,00		Em plena safra, verifica-se um fluxo normal de animais para abate, apesar das seqüelas da seca em áreas localizadas.

FONTE DOS DADOS BRUTOS – Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: DIRA-CATI e Frango Vivo: APA-SP.

NOTA – Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP – DI.
Cz$ = Cr$ 1.000 (Decreto-Lei nº 2.283/86).

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
FEIJÃO Carioquinha Especial Cz$/sc. 60 kg	348,24	380,31	392,00	389,00		O preço tabelado do feijão carioquinha (Cz$ 9,60/kg) não se compatibiliza com os do atacado e ao produtor. O mercado esteve paralisado devido ao **Plano de Estabilização Econômica**, mas há boa oferta do produto novo.
FRANGO Vivo Cz$/kg	6,01	7,53	8,71	9,35		Forte pressão baixista, derivada do **Plano de Estabilização Econômica**. Segundo a **CFP**, deverá haver adequação dos preços às dificuldades enfrentadas pelos pequenos varejistas.
MILHO Amarelo Semiduro Cz$/60 kg	88,76	110,46	108,25	107,50		Expectativa do ingresso da safra e da melhor definição do mercado, já que foram apontadas incompatibilidades dos preços tabelados de subprodutos e derivados com os preços ao produtor.
SOJA - GRÃO Industrial Cz$/60 kg	154,47	137,34	141,35	145,00		Preços congelados e cotações estáveis no exterior.

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: DIRA-CATI e Frango Vivo: APA-SP.

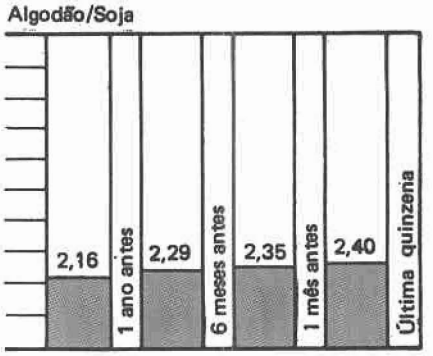
NOTA — Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP — DI.
Cz$ = Cr$ 1.000 (Decreto-Lei nº 2.283/86).

PREÇOS RELATIVOS - MERCADO EXTERNO

Os preços relativos referem-se ao quociente resultante da divisão dos preços absolutos de cada produto, obtidos nas fontes citadas abaixo. Os preços relativos algodão/soja e algodão/milho têm seu quociente multiplicado por 20 devido à disparidade entre as medidas utilizadas para o algodão (libra-peso) e para a soja e o milho (bushel).

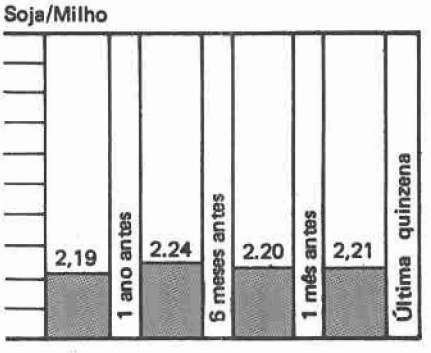
A queda registrada nos preços do óleo de soja, em razão do crescimento da produção dos óleos de palma e de outros vegetais, concomitantemente ao ligeiro fortalecimento das cotações do farelo de soja, em virtude do enfraquecimento do dólar norte-americano, mantiveram estável o preço da soja no mês. Simultaneamente, a cotação de algodão cresceu 1,5%.

Algodão/Soja



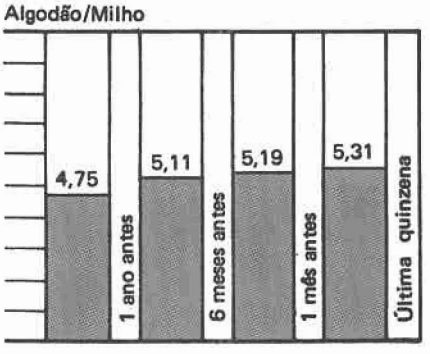
As grandes safras norte-americanas de soja e de milho obtidas, em 1985, aumentaram ainda mais os estoques mundiais, contribuindo para que permaneçam baixos os preços, que registraram quedas de 11,9% e 12,7%, respectivamente, em relação a um ano antes.

Soja/Milho



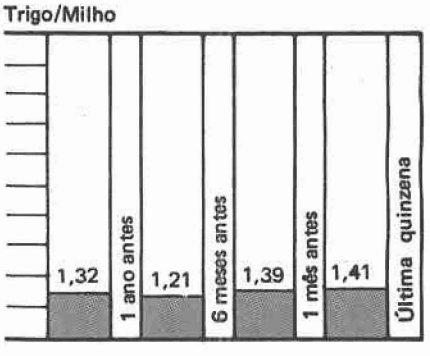
Os preços do algodão permanecem deprimidos e seu mercado está bem abastecido. Para o final da atual safra, estima-se um estoque de 51,6 milhões de fardos. Entretanto, a redução de 2,1% na última estimativa da produção mundial (79,4 milhões de fardos) foi responsável pela pequena variação registrada em sua cotação na última quinzena, em relação ao mês anterior. Simultaneamente, o preço do milho manteve-se estável.

Algodão/Milho



A política do governo norte-americano, de reduzir os preços de garantia, contribuiu para a queda na cotação de ambos os cereais. Durante a última quinzena, o preço do trigo apresentou-se 6,5% inferior ao de um ano antes.

Trigo/Milho

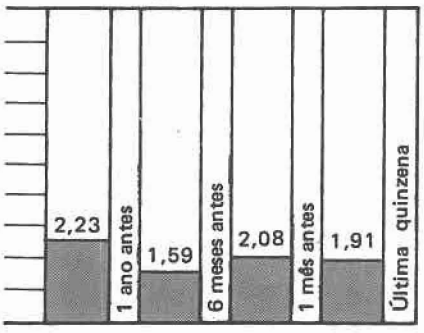


FONTE DOS DADOS BRUTOS – Algodão: Cotton World Statistics; Soja, Milho e Trigo: Commodity Year Book.

PREÇOS RELATIVOS - MERCADO INTERNO

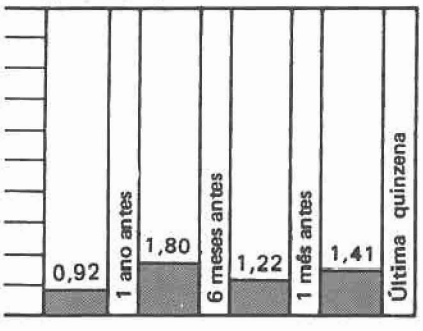
Após um longo período com preços estáveis, o boi gordo registrou ligeira valorização na última quinzena do mês, ficando sua cotação 6% superior à da média do mês. Simultaneamente, a cotação do frango vivo aumentou 16%.

Boi Gordo/Frango Vivo



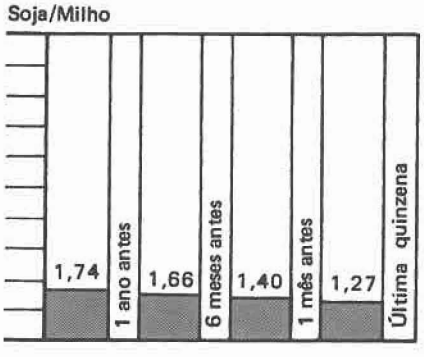
A lucratividade do avicultor registrou pequena recuperação na última quinzena, uma vez que o frango vivo teve seu preço aumentado com vistas a acompanhar a evolução do custo de produção. No mesmo período, o preço da ração manteve-se estável. Nos últimos seis meses, enquanto o frango vivo registrava queda de 17% em seus preços reais, as rações tornavam-se 6% mais caras.

Frango Vivo/Ração Ave de Corte



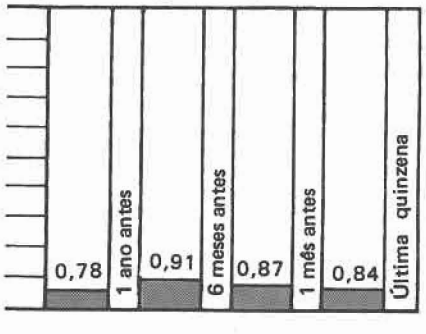
A prolongada estiagem que assolou os estados do Centro-Sul do país **aqueceu** as cotações de ambos os produtos nos últimos meses, as quais começaram a cair com o início das chuvas regulares. No caso do milho, elas já vinham baixando, graças às importações garantidas pelo governo federal e aos leilões realizados pela **Companhia de Financiamento da Produção.**

Soja/Milho



Apesar da quebra da safra das águas, o mercado do feijão, tanto das variedades de cores, quanto do feijão preto, tem estado calmo. A repercussão do **Plano de Estabilização Econômica** também se faz sentir em ambos, paralisando as transações, enquanto se definem as margens dos diferentes agentes da comercialização.

Feijão Preto/Feijão Carioquinha



FONTE DOS DADOS BRUTOS — **Boi Gordo: IEA-Sec. Agric. SP; Frango Vivo e Ração Ave Corte: IEA-Sec. Agr. SP e APA; Feijão Preto, Feijão Carioquinha, Soja e Milho: Bolsa de Cereais de SP.**

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS

Esta página apresenta o resultado para o Brasil, como um todo, da pesquisa mensal de previsão e acompanhamento das colheitas de lavouras no ano civil, conduzida pela **Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias – CEPAGRO**, cuja coordenação técnica é do **IBGE**. A pesquisa se faz em todo o território nacional e dela participam diversas entidades públicas e privadas, dentre as quais o **Ministério da Agricultura, Banco do Brasil, Sistema Brasileiro de Extensão Rural, Comissões Estaduais de Planejamento Agrícola, Companhia de Financiamento da Produção, Secretarias de Agricultura e Secretarias de Planejamento.** Seus resultados, segundo dispositivo legal (**Decreto 68.678/71**), são compulsórios para os órgãos da Administração Federal, direta e indireta e para as entidades a ela vinculadas. Os leitores de **Agroanalysis** têm aqui, mensalmente, os dados oficiais atualizados do comportamento das safras brasileiras.

ERRATA: No número anterior de **Agroanalysis**, repetiu-se no Quadro ao lado o cabeçalho publicado nesta seção em dezembro. O título correto é:

QUADRO 07 – LAVOURAS – ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO ESPERADA NO ANO CIVIL DE 1986, SEGUNDO LEVANTAMENTO DE JANEIRO.

QUADRO 17 – LAVOURAS – ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO ESPERADA NO ANO CIVIL DE 1986 SEGUNDO LEVANTAMENTO DE FEVEREIRO[1]

ESPECIFICAÇÃO	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO ESPERADA (t)
Abacaxi	...	...
Algodão	...	...
Algodão arbóreo	...	...
Algodão herbáceo	...	...
Alho	...	...
Amendoim	...	...
Amendoim (1ª safra)	110.440	153.321
Amendoim (2ª safra)	...	...
Arroz	5.515.093	9.847.672
Aveia	...	...
Banana	...	...
Batata-inglesa	...	...
Batata-inglesa (1ª safra)	95.365	959.775
Batata-inglesa (2ª safra)	...	...
Cacau	...	...
Café em coco	2.261.639	2.004.000
Cana-de-açúcar	...	...
Cebola	66.109	665.285
Centeio	...	...
Cevada	...	...
Coco-da-baía	...	...
Feijão	...	...
Feijão (1ª safra)	2.856.421	1.058.655
Feijão (2ª safra)	...	...
Fumo	...	...
Guaraná	...	...
Juta	...	...
Laranja	...	...
Malva	...	...
Mamona	455.337	398.449
Mandioca	...	...
Milho	...	...
Pimenta-do-reino	...	...
Rami	5.150	5.150
Sisal	...	...
Soja	8.846.036	12.607.942
Sorgo granífero	...	...
Tomate	...	...
Trigo	...	...
Uva	58.514	656.657

FONTE – IBGE.

1 Dados preliminares sujeitos a retificações; não constam outras apurações, em nível nacional, até o momento;
2 mil frutos;
3 mil cachos.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas da organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativo e social e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 – Caixa Postal 9052 – ZC 02
Tel.: 551-1542
CEP. 22250 – Rio de Janeiro – RJ

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente-Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

CONSELHO DIRETOR:
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Aldo Batista Franco, Eugênio Gudin, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr. e Octávio Gouvêa de Bulhões.
Membros Suplentes: Carlos Alberto Pires de Carvalho Albuquerque, Luiz Fernando da Silva Pinto e Marcos Pereira Vianna.

CONSELHO CURADOR:
Presidente: Alberto Pires Amarante
Vice-Presidente: – .
Membros: Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antonio Garcia de Miranda Neto, Antônio Ribeiro França Filho, Associação de Bancos de São Paulo, Celso Timponi, Cezar Reis Cantanhede e Almeida, Domingos Marques Grello, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Estado de Minas Gerais, Estado de São Paulo, Geraldo Wilson Nunan, Glycon de Paiva, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Instituto de Resseguros do Brasil, Mário Abrantes da Silva Pinto, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rubens D'Almada Horta Porto, Salles/Interamericana de Publicidade S. A. e Theodoro Arthou.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA:
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Vice-Presidente: Mário Henrique Simonsen
Membros: Angelo Jorge de Souza, Eugênio Gudin, Janes Angelo de Souza e Julian Magalhães Chacel.

DEPARTAMENTO DE ENSINO:
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Mário Henrique Simonsen

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS:
Diretor: Julian Magalhães Chacel

Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional: Luiz Aranha Corrêa do Lago
Grupo de Gerência e Economia da Informação: Moacyr Antonio Fioravante

Divisão de Contabilidade Social
Diretor: Angelo Jorge de Souza

Centro de Contas Nacionais: Maria Alice de Gusmão Veloso
Centro de Estudos Fiscais: Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais: Eden Gonçalves de Oliveira
Grupo de Análise Contábil: Angelo Jorge de Souza (Respondendo)

Divisão de Estatística e Econometria
Diretor: Janes Angelo de Souza

Centro de Estudos Agrícolas: Sylvio Wanick Ribeiro
Centro de Estatísticas Econômicas: Marcos Pereira de Souza
Grupo Especial de Consumo: Roberto Maia de Camargo Abib

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
Caixa Postal 9052
20.000 - RIO DE JANEIRO - RJ - BRASIL